

Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)

# PSICOLOGIA E BEM-ESTAR:

caminhos para a saúde mental



Ezequiel Martins Ferreira  
(Organizador)

# PSICOLOGIA E BEM-ESTAR:

caminhos para a saúde mental



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia  
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora  
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba  
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá  
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco  
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina  
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau  
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín  
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

- Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
- Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
- Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
- Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
- Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
- Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste
- Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
- Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
- Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
- Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
- Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
- Universidade de Coimbra
- Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Psicologia e bem-estar: caminhos para a saúde mental

**Diagramação:** Ellen Andressa Kubisty  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Ezequiel Martins Ferreira

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
P974	Psicologia e bem-estar: caminhos para a saúde mental / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2733-9 DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.339240608">https://doi.org/10.22533/at.ed.339240608</a>  1. Psicologia. 2. Saúde mental. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.  CDD 150
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A coletânea Psicologia e bem-estar: caminhos para a saúde mental, reúne neste volume seis artigos que abordam algumas das possibilidades metodológicas do saber psicológico.

A Psicologia enquanto campo teórico-metodológico traz em suas raízes tanto a especulação filosófica sobre a consciência, a investigação psicanalítica do inconsciente, quanto a prática dos efeitos terapêuticos da medicina e em especial da fisiologia.

E, desse ponto de partida se expande a uma infinidade de novas abordagens da consciência humana, creditando ou não algum poder para o inconsciente como plano de fundo.

A presente coletânea apresenta algumas dessas possibilidades de abordagem.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>1</b>
RELAÇÕES ENTRE FEMINICÍDIO DE MULHERES NEGRAS E NARCISISMO CULTURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO DE MULHER NEGRA NO BRASIL	
Amanda Rayra Dias Campos	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.3392406081">https://doi.org/10.22533/at.ed.3392406081</a>	
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>30</b>
EDUCAÇÃO EM SAÚDE MENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR	
Giovana de Barros Lima	
Paula Danielle Souza Monteiro	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.3392406082">https://doi.org/10.22533/at.ed.3392406082</a>	
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>43</b>
ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO PARA PESSOAS SURDAS	
Amanda Dutra de Carvalho	
Jeane Emanoele Nossa Bocalon	
Lourrane Batista Rodrigues	
Mariana Brunca de Oliveira	
Eduardo Hideto Kawahara Filho	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.3392406083">https://doi.org/10.22533/at.ed.3392406083</a>	
<b>CAPÍTULO 4 .....</b>	<b>61</b>
LENDO PARA A LIBERDADE. A REMIÇÃO PELA LEITURA NO PRESÍDIO ESTADUAL DE CAMAQUÃ-RS	
Luciane Figueiredo Centeno	
Lilian Signorini Lafuente	
Cleusa Maria de Farias Rodrigues	
Suzana Miranda de Alencastro	
Hingrid da Silva Peres	
Magnalda da Silva Maia	
Kenian Idamires Dietrich Trindade	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.3392406084">https://doi.org/10.22533/at.ed.3392406084</a>	
<b>CAPÍTULO 5 .....</b>	<b>64</b>
PROMOVENDO CUIDADO E DESMORONANDO ESTIGMAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE UM SERVIÇO DE PSIQUIATRIA EM UM HOSPITAL GERAL NO INTERIOR DO CEARÁ	
Aline Franco da Silva	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.3392406085">https://doi.org/10.22533/at.ed.3392406085</a>	
<b>CAPÍTULO 6 .....</b>	<b>68</b>
CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ, COM PRIVADOS DE LIBERDADE. PROMOVENDO A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA	
Luciane Figueiredo Centeno	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.3392406086">https://doi.org/10.22533/at.ed.3392406086</a>	

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 71**  
**ÍNDICE REMISSIVO.....72**

## RELAÇÕES ENTRE FEMINICÍDIO DE MULHERES NEGRAS E NARCISISMO CULTURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO DE MULHER NEGRA NO BRASIL

*Data de aceite: 01/08/2024*

**Amanda Rayra Dias Campos**

Psicóloga formada pela faculdade Católica Dom Orione em Araguaína -TO

**RESUMO:** Este estudo analisa a relação entre o feminicídio de mulheres negras no contexto brasileiro à luz de uma abordagem psicológica racializada e psicanalítica que compreende que o racismo estrutura a sociedade e todos os campos relacionais nela existentes, e que nesse sentido, oferta à mulher negra o lugar mais inferior e fatal. Com o objetivo de compreender se estas são os maiores alvos do feminicídio e se isto está fomentado por um aspecto próprio da construção sócio-histórica do nosso país: uma cultura narcisista que privilegia o homem branco e inferioriza a mulher negra. O estudo foi desenvolvido a partir da busca de dados estatísticos sobre o feminicídio negro e leitura acerca dos aspectos relacionados as expressões do Narcisismo na cultura brasileira e a formação da identidade negra. Os resultados alcançados refletem acerca das hipóteses iniciais que associam, no contexto brasileiro, a mulher negra enquanto posta na base da hierarquia social, e portanto, mais suscetível à morte por feminicídio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminicídio. Mulheres negras. Narcisismo. Psicanálise. Brasil.

### RELATIONSHIPS BETWEEN THE FEMICIDE OF BLACK WOMEN AND CULTURAL NARCISSISM: AN ANALYSIS FROM THE REPRESENTATION OF BLACK WOMEN IN BRAZIL

**ABSTRACT:** This study analyzes the relationship between the femicide of black women in the Brazilian context in the light of a racialized and psychoanalytic psychological approach that understands that racism structures society and all the relational fields that exist within it, and that in this sense, it offers black women the place most inferior and fatal. With the aim of understanding whether these are the biggest targets of femicide and whether this is encouraged by an aspect specific to the socio-historical construction of our country: a narcissistic culture that privileges white men and inferiorizes black women. The study was developed based on the search for statistical data on black femicide and reading about aspects related to the expressions of Narcissism in Brazilian culture and the formation of black identity. The results achieved reflect on the initial hypotheses that associate, in the Brazilian context, black women as placed at the base of the social hierarchy, and therefore, more susceptible to death by femicide.

**KEYWORDS:** Femicide. Black women. Narcissism. Psychoanalysis. Brazil.

## INTRODUÇÃO ÀS MARIAS

*Maria* voltava para casa após mais um exaustivo dia de trabalho. Neste dia havia ganhado um “extra”: pôde levar os restos de comida da festa realizada na noite anterior na casa da patroa. Ganhou os ossos do pernil e as frutas que serviram de enfeite sobre as mesas. Suas crianças nunca tinham comido melão. “Será que os meninos irão gostar de melão?”, pensou ela. As sacolas lhe dóiam a mão. Ela tinha se cortado enquanto preparava o pernil. “Que coisa, faça a laser corta até a vida”.

O ônibus de Maria chega, ela sobe e atrás dela um homem que gentilmente paga sua passagem. Ela reconhece aquele homem, como poderia esquecê-lo? Seu coração insistia em lhe lembrar diariamente sobre ele. Os dois sentam-se juntos. Era ele, o pai de seu primeiro filho, o homem por quem Maria era apaixonada. Esse homem que em outrora fora o seu homem, sussurra ao seu ouvido expressando sua falta, seu “buraco do peito” por não estar perto de sua mulher e de seu filho.

As palavras do homem que Maria entendia turvamente, “dor”, “filho”, “vida”, “morte”, “despedida” e por fim, “um abraço”, “um beijo”, “um carinho no filho”, foram confundidas com o seu levantar brusco seguido do empunho de uma arma, ao passo que outro do fundo gritou “Isso é um assalto”.

A única coisa que Maria portava consigo era uma sacola com seu presente e o melão dos seus meninos, e um corte, não esqueçamos do seu corte. O comparsa do seu ex-parceiro, passa por ela e não lhe pede nada, enquanto arranca os pertences dos outros passageiros. Era a primeira vez de Maria como vítima de um assalto, não sabia o que pensar e nem descrever seus sentimentos por ter visto o seu amor.

Quando os assaltantes descem, Maria, inevitavelmente, acompanha com o olhar, o primeiro. Seu homem lhe deixava mais uma vez. Nesse momento uma voz agressiva soa afirmando veementemente: “Essa puta safada aí da frente conhece os assaltantes”. Seguindo esta condenação, outro declara: “Negra safada, vai ver que estava de conluio com os dois”. Outro com um pouco mais de sensatez exclama: “Se ela estivesse com eles, teria descido também”; “Ela não desceu para disfarçar. Estava mesmo com os ladrões, foi a única a não ser assaltada”. “Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões”. Maria tenta se defender: “Que merda! Não conheço assaltante algum. Não devo satisfação a ninguém!”.

De fato, Maria não conhecia nenhum assaltante, ela conhecia somente o seu amor. “Olha só” - diz um homem que se aproxima dela e juntamente dando um tapa em seu rosto, pontua: “a negra ainda é atrevida!”. Uma outra voz gritou ainda mais alto “Lincha! Lincha!...”

Maria expelia sangue pela boca, nariz e ouvidos. Sua sacola rasgou e o melão dos meninos rolou. Rolou da mesma forma que a preciosa e denegada vida de Maria. O que ela não sabia é que assim como a faca a laser, ser uma mulher negra também lhe podia cortar a vida.

**EVARISTO C. Olhos D’água, 2016. (Adaptação da autora).**

A violência é elemento cultural presente nos mais variados modelos de organização social e tem como uma de suas bases de apoio, o poder.

Em Totem e Tabu, por exemplo, compreendemos como Freud (1990) se posiciona diante do princípio da civilização, apoiado na teoria evolucionista de Darwin. Ele aponta a existência de uma horda primitiva cujo governador, o pai, é detentor de um poder supremo, sendo assim, o único com autoridade sobre as fêmeas, banindo quem o contrariasse. Os irmãos, porém, em um dado momento, uniram forças contra esse poder absoluto, assassinando-o e tomando seus privilégios.

A partir dessa ilustração apreendemos como a sociedade democrática é construída, com base nessa característica específica, isto é, da ruptura violenta do poder unitário, para seu estabelecimento enquanto plural. E o que temos sobre sua conjuntura estrutural nos é dado a partir das diferentes formas com que se apresenta.

Adiante, uma vez que a violência se estabelece como tal nas relações com o outro, para a análise desse fenômeno é imprescindível considerarmos também o campo social e as interações estabelecidas entre os seus indivíduos.

Historicamente, entendemos a violência como estrutura da sobrevivência de grupos humanos em contextos e períodos específicos. Na pré-história, dados arqueológicos apontam, na era paleolítica, a existência de uma forma singular de violência, particularmente, nas cerimônias de canibalismo. Por outro lado, sem evidências de violência coletiva. (MOTA, 2018).

Na Idade Antiga, a convergência entre poder e violência forjaram as demarcações entre ocidente e oriente. A Idade Média marca confrontos violentos que assinalam seu início em 476 d.C., com a queda do Império Romano, e seu fim em 1453 d.C., com a conquista de Constantinopla pelos povos otomanos. (MOTA, 2018).

A idade moderna, período no qual a agricultura europeia foi ampliada e impulsionada através de melhorias técnicas, impulsionou fortemente as grandes navegações e consequentemente, as viagens com intuito de explorar e colonizar. Neste ponto, com a colonização, a exploração de índios e africanos como escravos os tornaram as principais mãos de obra utilizadas pelos europeus. Nesta era, a América foi um dos continentes mais afetados pela ânsia de subjugar outros povos. Os europeus desembarcaram no nosso continente em 1492, sob o comando de Cristóvão Colombo durante uma expedição espanhola, e logo, portugueses, ingleses, franceses e holandeses, também estabeleceram colônias em terras americanas, trazendo consigo genocídio de diversas etnias populacionais e exploração racial. (MALHEIROS, 1976)

A escravidão foi utilizada como o meio de aproveitarem de forma abusiva os recursos naturais e a mão de obra da América, inicialmente dos indígenas, os quais eram vistos como 'escravos por natureza'. Posteriormente, a colonização estabeleceu a escravização africana, atividade esta consolidada a partir do chamado tráfico negreiro. Esse contato resultou na morte de milhões de ameríndios, quer fosse por crueldade, quer pelas doenças trazidas para essas populações. (MALHEIROS, 1976).

Assim, chegamos à chamada Idade Contemporânea, a pouco menos de 80 anos, a violência atrelada a hegemonia de um povo específico, proporcionou ao mundo um dos piores conflitos erguidos, que resultou na morte de quase 80 milhões de pessoas, a 2ª Guerra Mundial (MOTA, 2018).

Conceitualmente podemos definir a violência como:

o uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al 2002, p. 5).

Além disso, a violência ganha dimensões, implicações e denominações diferentes conforme o objeto para o qual ela se inclina. A Organização Mundial da Saúde (OMS) diferencia três grandes grupos: violência contra si mesmo ou autoprovocada; violência interpessoal na condição intra ou extrafamiliar, e violência coletiva, envolvendo grupos políticos, organizações terroristas ou milícias. (KRUG *et al*, 2002).

Nessa perspectiva, a violência contra a mulher, alvo deste trabalho, caracteriza-se como um fenômeno ancorado nos debates de relações de gênero e sua justificativa liga-se a ideologia patriarcal, pois ao conferir aos homens a ideia de poder sobre a mulher, atrelado a “honra masculina”, esse domínio simbólico confunde-se com uma submissão inquestionável.

Pertencia ao domínio masculino, ilustrado pelo homem branco, heterossexual, tido como padrão cultural, manter as mulheres de sua família sob disciplina e controle, sendo legitimamente aceito o uso da violência para tal. E nisto, vê-se cristalizada inconsciente e indiretamente na construção sociocultural brasileira abrangendo tal dominância às mulheres como um todo. (LAGE; NADER, 2010). Este movimento é fomentado por um aspecto próprio da cultura brasileira, o qual nomeamos de “Narcisismo Cultural”.

No Brasil, estamos inseridos em uma lógica eurocêntrica que confere à branquitude o poder, consolidando que a mulher branca seja subordinada e a negra subjugada, excluída, subalternizada, taxada, colocada na posição de serva, operária e escrava, tornando-se o outro do Outro. (GONZÁLEZ, 1988).

Esta estrutura se justifica pelo processo da colonização branca, para qual o racismo desempenhou um papel fundamental na estruturação e internalização da superioridade do colonizador. (GONZÁLEZ, 1988).

Em referência a epígrafe, sendo Maria uma mulher branca teria sido taxada como cúmplice? Ou seria consolada como aquela que foi ameaçada? Assim, podemos supor, firmados em nosso referencial teórico, que a hierarquia que estrutura a nossa sociedade coloca a mulher negra em uma última posição, tornando-se o principal alvo de violência doméstica, logo, de ser vítima de feminicídio. (IPEA, 2018).

Seguindo, damos o nome de Feminicídio quando essa violência propicia, junto a agressão à mulher, o seu óbito. Em outros termos, é a condição da morte de mulher

por menosprezo e discriminação a condição de mulher, isto é, a mulher morta por ser simplesmente essa a sua condição. Por isso o feminicídio é considerado um crime de ódio. Sua sistematização judicial enquanto crime se deu a partir da lei Maria da Penha 11.340 de 2006, a qual concebeu a lei do feminicídio 3.104 de 2015, qualificando-o no rol dos crimes hediondos e qualificados. (COELHO; SILVA; LINDNER, 2014; MARIA, 2022).

É imprescindível que continuemos a pormenorizar o debate já estabelecido até o momento para instigarmos ainda mais essa produção acerca de qual mulher estamos falando, em que circunstâncias ela se encontra e sob quais aspectos econômicos está emergida.

Dessa forma assumimos que, dependendo de quais respostas obtivermos, pontos diferentes devem ser analisados e verificados para o entendimento dos determinantes sócio-político-culturais responsáveis por levar essa mulher a ser alvo de feminicídio, tendo em vista que a interseccionalidade entre gênero, classe e raça, não pode ser ignorado em nenhum debate político que se detenha nos mais variados campos do saber, uma vez que, as relações de poder estabelecidas entre esses três marcadores sociais, causam dissimetria entre as relações, na ocupação de espaços, no alcance de direito, e sobretudo, no valor que se terá. (DAVIS, 2016).

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

A Metodologia Científica está presente dentro do campo da pesquisa e investigação sobre fenômenos utilizados como objeto de estudo. Cabe a mesma apontar e determinar as bases que a ciência tem por rigor, estabelecendo os procedimentos e condutas éticas a serem tomadas diante da elaboração de uma pesquisa, trazendo, dessa forma, a estrutura pelo o qual o pesquisador irá se movimentar desde os primeiros passos até a conclusão daquilo que se dispõe a investigar. Dessa forma, a metodologia é o instrumento de orientação e controle dentro de uma pesquisa, tendo um papel de destaque no desenvolvimento eficiente dos resultados. (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Partindo do exposto, este trabalho é construído com as seguintes diretrizes:

### **Caracterização**

A pesquisa desenvolvida adota o método hipotético-dedutivo, pensado sobre uma natureza básica. Esse método tem seu ponto de partida na percepção de uma falta ou falha no conhecimento, e sobre esse é levantado hipóteses a partir do processo de inferência dedutiva. As hipóteses levantadas são testadas em suas predições de ocorrência, sendo estas comprovadas ou refutadas. (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Sendo de abordagem qualitativa, visa entender seu fenômeno proposto no contexto em que o mesmo ocorre e do qual é parte, dessa forma, o objeto de estudo foi captado segundo a perspectiva das pessoas envolvidas nele, sendo fomentado por um enfoque

explicativo para contemplar seus objetivos, tanto quanto, pelos pressupostos contidos no Código de Ética da Psicologia e na Referência Técnica desenvolvida pelo Conselho Federal de Psicologia na atuação voltada para os fenômenos raciais. (MARCONI; LAKATOS, 2017).

## **Perguntas orientadoras**

Devido a mulher negra ser posta na base da estrutura social, estaria ela mais suscetível a tornar-se alvo do feminicídio? E assim, o que estaria fomentando a cultura brasileira de modo a perpetuar essa condição pode ser visto como reflexo de uma lógica social narcisista?

## **Hipótese**

Os dados que apontam o aumento e quantidade de feminicídios contra mulheres negras podem tecer relações, na perspectiva psicanalítica freudiana, com um tipo de narcisismo específico, um próprio à cultura, que coloca a mulher negra como base da estrutura social, sendo, portanto, mais suscetível a essa forma de violência.

Assim, o presente trabalho tem por finalidade compreender e discutir as questões relacionadas à violência contra mulher negra, sobretudo, na formação de sua identidade no contexto brasileiro, buscando esclarecer porque ela teria se tornado o maior objeto contra o qual a morte produzida a partir de aspectos de raça e gênero, tem encontrado nesta, seu alvo principal.

## **Objetivo geral**

Analisar as relações entre os reflexos do narcisismo na cultura e o feminicídio de mulheres negras no Brasil, a partir de sua representação na estrutura social do país construída historicamente desde a invasão europeia e imigração africana imposta.

## **Objetivos específicos**

Demonstrar que a mulher negra se encontra psíquica e culturalmente tanto na base da psique quanto na base da estrutura social e cultural brasileira.

Apresentar a partir do mapa da violência, os indicativos relacionados ao feminicídio contra a mulher negra no Brasil.

## **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa em questão é de cunho bibliográfico, definido por se caracterizar como um tipo específico de produção na área científica, podendo ser realizada através de livros, artigos científicos, ensaios, dicionários, revistas, resenhas e outros. (MARCONI; LAKATOS, 2017).

A fundamentação teórica realizou-se a partir de livros, sites e artigos científicos de plataformas acadêmicas como Google Acadêmico e Scielo, utilizando como método de leitura a de base analítica, a qual descreve uma leitura compassada, que visa a absorção total do conteúdo e um entendimento legítimo sobre aquilo que o autor se propõe a explicar (FREITAS, 2015).

Aqui foram descritos a base metodológica do trabalho. Na seção a seguir são apresentados os aspectos teóricos.

## DESENVOLVIMENTO TEÓRICO: O LUGAR DA MULHER NEGRA

*Cresci vivendo em cabanas velhas e mal-acabadas, feitas de estacas. Usávamos lama e musgo para tapar alguns buracos nelas, mas em outras, não era possível. Nossas camas feitas de armações de estacas pregadas na parede com colchões velhos rasgados por cima, não eram tão boas para se dormir, na verdade, era bem difícil, mas para os nossos ossos cansados depois das longas jornadas de trabalho na lavoura, a sensação era boa. Eu cuidava das crianças quando era pequena e tentava fazer a limpeza da casa como a senhora mandava. E então, assim que fiz dez anos, o senhor disse: “Leve essa preta para aquela plantação de algodão”.*

**DAVIS, A. Mulheres, Raça e Classe, 2016. (Adaptação da autora).**

## REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

### A escrava

Podemos iniciar a história da mulher negra no Brasil a partir de sua identidade, ou melhor, pela via de sua perda identificatória. Em sua terra, a mulher de pele escura era simplesmente uma mulher, nenhum outro título lhe acompanhava, não havia motivos para um “sobrenome” em sua denominação, entretanto, a primeira coisa que lhe fora imposta foi uma nova nomeação, o que conseqüentemente, lhe trouxe uma perda nesse mesmo sentido. Agora, ela não é mais chamada por seu nome ou pelo papel que biologicamente lhe fora imputada. A partir de sua entrada no Brasil, um termo somente lhe foi designado: escrava. (DAVIS, 2016).

Ao ser rotulada como escrava, a mulher negra passa a ter uma relação intrínseca com o trabalho. Du Bois (2021) aponta que o espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras atualmente é um reflexo direto da condição estabelecida como um padrão durante os primeiros anos da escravidão, e dessa forma, o trabalho compulsório no qual eram alvas lhes ofuscavam todos os seus outros aspectos existenciais.

Concomitantemente a sua perda identificatória e sua inserção imposta e inflexível no âmbito do trabalho, seria surpreendente se essas mulheres não se tornassem indivíduos sem vontades, desejos, negligenciadas, subalternizadas e violadas. Sendo colocadas em um lugar de não-gente, só lhes restaram o lugar de objetificação.

Davis (2016) contribui com essa questão ao relatar que o sistema escravista em si definia a população negra como propriedades. González (1988, p. 73) corrobora apontando que o racismo latino-americano, mantém, a partir de sua sofisticação, os negros na condição de “segmento subordinados no interior das classes mais exploradas”.

Além das mulheres negras sofrerem opressões idênticas às dos homens, no que diz respeito ao trabalho pesado, força e produtividade, sob a intimidação de açoites, elas também eram alvos de crueldades como o estupro.

Essas mulheres eram tratadas por conveniência a partir da necessidade de seu senhor. Assim, quando necessitavam de lucros, elas eram exploradas por sua força de trabalho, e quando, por outro lado, eles sentiam necessidade sexual seus papéis eram reduzidos puramente a sua condição de objeto-fêmea. (DAVIS, 2016).

Elucidando os pontos citados, Giacomini (1988, p. 26) declara que:

[...] as mulheres negras e escravas, [...] sem dúvida estavam colocadas em um nível social inferior, tanto por ser mulher, como por ser negra e, também, escrava. Ser mulher, e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, é reunir todos os elementos favoráveis à exploração, tanto econômica quanto sexual, e também ser o alvo de humilhações da sociedade nos seus diferentes segmentos (*adaptação nossa*).

Sob tal ótica de subjugação, sua dimensão materna lhe foi tomada para servir as crianças da casa grande. A figura outrora de alteridade e poder em seus impérios, na condição de escravizada assiste, não sem resistência, sua representatividade violada e cultura marginalizada. (CARNEIRO, 2020).

A abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, reforçou aquilo que já era previsto: o papel da mulher negra permaneceria intacto na sociedade. Bortoncello (2018) afirma que a mulher em condição de ex-escrava e em pobreza, continuou excluída na sociedade pós-abolicionista e marginalizada em virtude do poder racista de dominação trago pelo o homem europeu.

Deste modo, a sociedade brasileira, que pauta sua movimentação a partir de gênero, classe e cor, as mantiveram nas mesmas condições em que já estavam, reforçando esse lugar ainda nos dias atuais.

## O objeto

No pós-abolição, a condição da mulher negra no Brasil foi diferente da do homem negro. A liberdade proclamada nesse movimento não foi concretizada. A mulher continuou sem autonomia sobre seu corpo, trabalho e filhos, sendo discriminada por seu gênero, cor da pele e agora, classe social, encontrando diante de si um caminho de mais violência e injúria. E uma vez subalternizada e objetificada, não beneficiando a sociedade, o seu fim é esperado, uma morte, física ou simbólica, que tem por marca poder, gênero e raça.

A lei Áurea não foi acompanhada de políticas públicas que assegurassem aos agora “escravos libertos”, terras, educação, direitos civis ou dignidade, e não aboliu os estigmas construídos a partir da cor e sexo das mulheres negras. Contrariamente, as diferenças e discriminação foram refundadas sob novas bases sociais e étnicas a partir de políticas públicas urbanas e higienistas. (PAIXÃO; GOMES, 2010).

A mulher negra, ex-escrava, foi inserida em uma invisibilidade social que a colocou na base da hierarquia social caracterizada nas categorias de gênero, classe e raça, conforme a figura 1 demonstra:

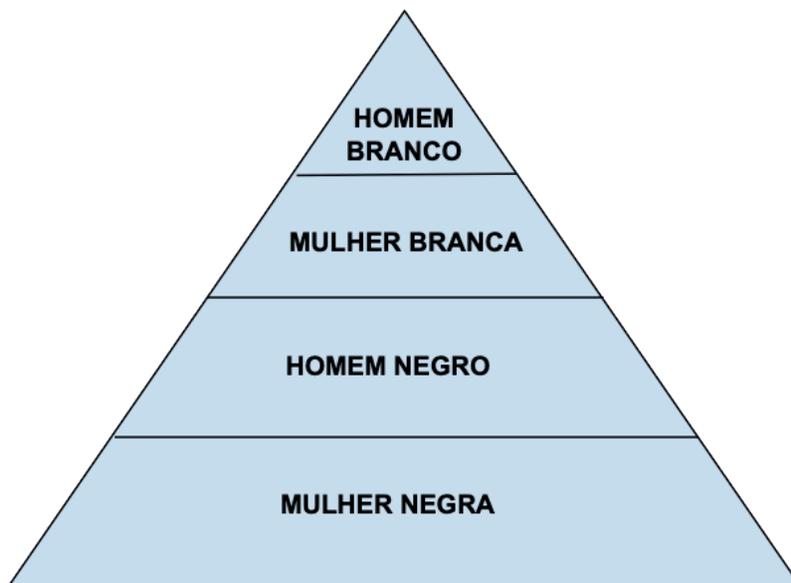


FIGURA 1 - Representação da hierarquia social de acordo com gênero e cor.

Segundo Carneiro (2020) as mulheres negras formam um grupo específico e limitado com identidade de objeto, são mulheres que trabalharam há séculos como escravas nas lavouras nas ruas, e em instituições, não podendo visualizar suas pautas de lutas. Mais tarde, foram postas no lugar de empregadas domésticas e babás, enquanto mulheres não negras avançavam na luta do feminismo do século XX.

O racismo apossou-se do corpo da mulher negra, tanto no sentido de o oprimir, constranger e o dominar, quanto no de erotizar e objetificar. O racismo imprime no corpo da mulher negra uma lógica de sedução, o qual só serve para ser usado diante do prazer masculino. (ASSIS, 2018).

González (1979) pondera que a mulher negra é percebida mediante dois tipos de classificação: doméstica e mulata, sendo esta última uma “profissão” criada pelo sistema dominador para atribuir a esse corpo feminino negro uma condição de mercado e produto

que pode ser exportado. Os dois estereótipos atribuídos à mulher negra as colocam em uma posição de “mulher que não serve para um relacionamento sério”. Se por um lado é vista como a ama-de-leite, a criada pobre e ignorante, por outro, é um objeto sexual. Temos então a seguinte lógica defendida por Pacheco (2008): “branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”.

A sociedade não aceita o corpo e a beleza da mulher negra, e a junção da estigmatização dos traços corporais da mulher negra e o padrão eurocêntrico de beleza estabelecido, resultam na solidão da mulher negra, o que explica porque com estas não se assume relacionamento sério, ainda que se mantenha relações afetivas, sendo a mulher branca, por outro lado, assumida publicamente sem exatidão. (PACHECO, 2008).

Fanon (2008) em *Pele Negra, Máscaras Brancas* traz apontamentos significativos para a discussão traçando uma análise acerca do racismo como um fenômeno opressor que se expressa no corpo, na sexualidade, na erotização e na regulação das preferências afetivas e sexuais dos indivíduos.

O racismo movido pela lógica patriarcal no período escravista usurpou não somente a mão-de-obra da mulher negra tornando-a a ama-de-leite, a cozinheira, arrumadeira ou a escrava, mas também, alcançou seu corpo como uma “mercadoria/objeto nas investidas sexuais dos senhores”. Essa objetificação se estrutura como a própria lógica do sistema escravista, onde as potencialidades do escravo são totalmente apropriadas para servir ao senhor. E no caso da “escrava objetificada”, seu corpo, que pode ser explorado e usado como bem se entender, já que não lhe pertence. (GIACOMINI, 1998 apud PACHECO, 2008).

Pacheco (2008) aponta sobre a forte associação que há entre doméstica e objeto sexual. A autora relata que no início da década de 90 o feminismo negro brasileiro recebeu grande mobilização política, sendo a especificidade de “ser mulher negra” a temática que mobilizava a organização do Movimento Negro contemporâneo e de consolidação do Movimento Feminista. Foi nesse contexto, que Pacheco participou de reuniões com pautas voltadas para relacionamentos afetivos entre homens e mulheres, onde interpelava-se sobre como encontrar um parceiro fixo para consolidar uma relação afetiva estável era uma dificuldade para mulheres negras.

O entendimento que se tinha era que tanto para homens brancos quanto para negros, as mulheres negras não eram as parceiras preferidas para a estruturação desse tipo de relacionamento, sendo postas em um quadro de solidão, já que as mulheres brancas eram tidas como prediletas para a posição de parceira afetivo-conjugal. (PACHECO, 2008).

O Movimento Negro Unificado (MNU) (1992) emitiu um documento que reitera este ponto, Pacheco (2008, p. 15) cita uma parte dele da seguinte forma:

A mulher negra sofre de maneira mais profunda a pressão no sentido do branqueamento, especialmente, do ponto de vista estético [...] E por ser, geralmente, a principal responsável pela educação dos filhos, a mulher negra é utilizada como canal de repasse dos sentimentos de inferioridade impostos pela sociedade, e que causa tantos danos à auto-estima de crianças e jovens negros. Por outro lado, o homem negro, também vítima destas contradições, tende a afastar-se da mulher negra em virtude da ideologia que os inferioriza, relegando-a a solidão [...].

O movimento feminista surgiu com uma carência em seu interior. Como já citado em outro tópico, as mulheres negras foram postas do lado de fora e não tiveram suas pautas e necessidades integradas. Nisto, Ribeiro (1995) aponta que negar as particularidades das mulheres foi um dos problemas do feminismo. As pautas de debates sobre corpo e sexualidade eram contraditórias às vivências concretas de mulheres negras e pobres.

Os projetos políticos de independência, liberdade e autonomia do movimento feminista não contemplavam as demandas das mulheres negras. Pacheco (2008, p. 15) fala que exista um “desencontro histórico entre ambos”. As feministas brancas lutavam pela conquista do direito ao aborto e celibato, e as negras acusavam o processo de esterilização imposta sobre elas; enquanto mulheres brancas em algumas correntes mais radicais do feminismo contestavam o casamento formal e formação de família, mulheres negras falavam sobre solidão.

A Revista Veja publicou em abril de 2005 uma matéria chamada de “Capitais da Solidão” que tinha por intuito analisar quais as cidades brasileiras com maior índice de mulheres que se encontravam sozinhas do ponto de vista de não estarem se relacionando afetivamente. A Fundação Getúlio Vargas compilou dados que provaram que a solidão da mulher aumenta e a masculina diminui depois dos 30 anos. A Bahia de acordo com o referido estudo foi apontada como a região onde residem o maior número de mulheres sozinhas, tendo a cidade de Salvador a porcentagem de 51%. Uma simples e bela coincidência ou uma clara explicação por ser essa a região onde há a maior concentração (80%) da população negra brasileira?

O fenômeno da solidão nestas mulheres sucede a condição de como os seus corpos são percebidos. Como uma espécie de mito social, esse corpo é racializado e sexualizado levando a mulher negra brasileira a não se enquadrar como a parceira ideal, já que a sociedade em que ela reside tem um ideal de ego embranquecido e que a toma, por assim dizer, como o seu objeto de não identificação. Por outro lado, pela erotização do seu corpo, permanece no mesmo espaço simbólico em que foi posta desde o período escravocrata: o objeto de desejo do homem branco, que a sustenta nesse lugar solitário, de celibato involuntário, com maior porcentagem de não estarem em um relacionamento conjugal. (PACHECO, 2008).

Brookshaw (1983) confirma o exposto apontando que à mulher negra tomada como mulata é vedada a condição de ser esposa ou mãe, já que a mesma é símbolo de

liberalidade sexual. Não sendo respeitada em suas dimensões de mulher e indivíduo, esse “não ser” é percebido como aquela que atrai os homens e por eles é explorada, e explorados para receber o que quer em troca do sexo.

Fanon (1983) percebe toda essa situação a partir do racismo, o sistema que dominou o período colonial, como também, o pós-colonial. Sua presença é tão impactante que até o homem e mulher negra o introjetaram. Essas interiorizações se refletem na “negação histórico-corporal-afetivo-sexual de si mesmo e do outro”, em outras palavras, os indivíduos negros estruturaram seus aspectos de desejos, subjetividades, escolhas afetivas e sexualidade a partir do modelo ideológico gravado pelo racismo.

O racismo atuando no campo das escolhas afetivas significa que o indivíduo alvo não terá possibilidade de escolha. Sendo, então, a mulher negra indubitavelmente esse indivíduo, ao ser escolhida como parceira amorosa, compreende simbolicamente que deverá permanecer, uma vez que, o presente sistema de dominação não a vê como um sujeito de escolha. E nisto entendemos o grande número de casos de mulheres negras vítimas de relações insatisfatórias: o medo da solidão que as ronda. (PACHECO, 2008; FANON, 1983).

De maneira concomitante ao exposto, temos na história do nosso país duas histórias sobre dois tipos de mulheres diferentes (branca e negra), o que torna inviável falarmos sobre a conjuntura histórica e cultural das mulheres sem fazermos uma diferenciação sobre quais delas estamos nos referindo, pois, a história da mulher negra inclui violência física e simbólica, provocando-lhe marcas de lesões morais e psicológicas por todos os papéis que fora posta desde sua vinda. (BOURDIEU, 2002).

## NARCISISMO E CULTURA

*Quando eu tinha uns 13 anos de idade, estava conversando com alguns amigos e do nada um deles virou para mim e falou na frente de todos que Deus tinha me amaldiçoado porque me fez negra e mulher.*

***Relato anônimo de uma mulher negra à plataforma “Racismo à Brasileira, 2022. (Adaptação da autora).***

### O conceito de narcisismo

Na Psicanálise o Narcisismo não se restringe a uma fase de desenvolvimento que deve ser ultrapassada para que se chegue a uma outra fase mais madura. Contrariamente, o conceito postulado por Sigmund Freud nos é apresentado como fenômeno estrutural presente na dinâmica psicológica dos seres humanos. Desse jeito, sempre vivemos com uma reserva da libido voltada ao eu, que não se permite ser esvaziada em nenhuma circunstância, nem mesmo nos quadros mais elevados de enamoramento (NICÉAS, 2013).

O narcisismo equivale à explicitação da fundação do eu, e, na atualidade, tornou-se a estrutura predominante. Nesse sentido, somos atingidos por laços sociais limitados ao passo que nós mesmos os criamos.

No contexto de explicação e teorização do conceito de narcisismo, Freud apresenta um jogo onde a libido se reparte, articulando, para esse fim, doenças orgânicas, neuroses e/ou hipocondria. Ao apontar sobre a influência da doença na distribuição da libido, o indivíduo abandona toda a sua relação com as coisas ligadas à realidade exterior que não estejam ligadas ao seu sofrimento, e retirará, também, seu interesse libidinal dos objetos alvos de seu amor. (NICÉAS, 2013).

Por conseguinte, a libido retrocede ao Eu até que a cura ocorra e o enfermo consiga investir novamente em seus objetos. Nessa perspectiva, Freud afirma que a libido e o interesse do eu compartilham um mesmo lugar e são indistinguíveis, manifestos no egoísmo presente no indivíduo. (NICÉAS, 2013).

Um outro estado apontado por Freud é o hipocondríaco, o qual de modo semelhante ao que acontece na doença orgânica, há um retraimento do interesse e da libido que estão direcionadas ao mundo exterior, entretanto, neste, há um interesse diferente e peculiar porque a libido retirada de fora concentra-se em um órgão elegido. (NICÉAS, 2013).

Em resumo, referimo-nos ao narcisista como um indivíduo que tem um comportamento para com seu próprio corpo da mesma forma que trata, via de regra, aquilo tomado como objeto sexual. Com isso, podemos inferir, quando tratamos de sociedade, que a branquitude apresenta, em suas relações com o racismo, alguns aspectos narcísicos.

Para aprofundarmos, voltemos um pouco a sua teoria. Em seus escritos metapsicológicos de 1915, Freud aponta uma distinção entre pulsão e instinto. Enquanto no primeiro o objeto, ou seja, o local de destino da energia, é variado, não sendo essa variabilidade um impedimento à satisfação pulsional, no outro, o objeto pode ser chamado de natural uma vez que já é determinado. Trocando em miúdos, na elaboração freudiana do conceito de pulsão o que sempre se efetiva é a satisfação, sendo o objeto apenas um meio para a efetivação do circuito de satisfação pulsional, sendo o verdadeiro objeto da pulsão não o meio pelo qual ela consegue sua satisfação, mas ela em si, isto é, sua meta. (NICÉAS, 2013).

Em continuidade, apoiados na primeira diferenciação dicotômica entre pulsão e instinto, temos mais uma polaridade dentro do conceito de pulsão, assim classificadas: pulsões do eu, ligadas a autoconservação do sujeito e responsáveis pela proteção do corpo do indivíduo, conduzindo-o a sobrevivência; e pulsões sexuais, as quais auxiliam na reprodução das espécies e se destinam aos objetos. Para esse último grupo Freud destina a concepção de libido. (NICÉAS, 2013).

Nesse contexto, o narcisismo enquanto conceituação promoveu uma segunda oposição no campo das pulsões, ligada à diferença quanto ao destino da libido, sendo dividida em 'libido do eu' - e nesta estaria firmada a existência do narcisismo -, e 'libido do objeto'.

Uma vez que a superioridade só existe à medida que há um outro considerado inferior, o objeto pulsional de satisfação tem de se manter no lugar elevado de melhor a partir do subjugamento do indivíduo desejante, ou em posição de desclassificação, caso outro objeto seja mais atraente e traga mais possibilidade de gozo baseado no ideal de ego daquele que deseja.

Adiante percebemos que, para a psicanálise, o termo tido como antônimo de narcisismo, é o de 'diferença'. Freud (1925, apud REINO; ENDO, 2011) discorre sobre a tentativa da criança em negar a diferença trazida pela mulher, a ausência do falo. Tal percepção confronta o monismo fálico, isto é, a crença do falo universal, que todos possuem e aqueles que ainda não o portam, o terá. E é o reconhecimento da existência do falo (e de sua não existência em certos indivíduos) que afirma a existência da castração.

A diferença que advém do conhecimento da anatomia do corpo feminino coloca a projeção corporal narcísica em dúvidas. Desta forma, se não é mais possível sustentar que todos os corpos possuem um falo, a projeção plena e completa do próprio corpo é corrompida: na menina falta algo e no menino há a possibilidade da perda, emergindo a ideia da diferença sexual que abala fortemente “os contornos da imagem corporal – um dos nomes do narcisismo”. (REINO; ENDO, 2011, p. 18).

O objeto de amor narcísico é aquele para o qual depositamos nosso lado bom, esse objeto é escolhido a partir do arquétipo do seu ego ideal, e se por um lado temos um objeto de amor identificatório, por outro temos um objeto alvo do ódio narcísico, aquilo que receberá o descontentamento que dirigimos ao nosso lado ruim. (BENTO, 2002).

Em Miguelez (2007) temos que o narcisismo marca o ponto de oposição ao reconhecimento da diferença, em outras palavras: aquilo que resiste ao outro ou àquilo que será resistido no outro. Esse amor narcísico à sua própria imagem é tão retrógrado e rígido que entra em guerra com qualquer sombra de divergência e desvio que o outro traga, uma vez que, as percebe como um insulto. Tudo o que difere da idealização narcísica lhe ameaça, e portanto, o narcisismo se opõe ao reconhecimento do diferente e eleva o desejo de sentir-se superior ao outro.

Bento (2002) aponta que nesse processo o que se compromete é a capacidade de identificação com o outro, se esse outro é diferente, não somente a ele, mas todo os outros que compartilham de quem este é serão alvos de uma intolerância generalizada.

## **Branquitude**

Para compreensão da subseção a seguir se faz necessário abordarmos algumas considerações acerca do conceito de branquitude.

A branquitude é um lugar de privilégio social, econômico e político a partir da categoria de raça. A branquitude é o que preserva e mantém as hierarquias raciais. É o que faz com que os indivíduos percebam as desigualdades sociais, mas sem associá-las à discriminação. (BENTO, 2002).

Para Frankenberg (2004 apud SILVA, 2017) a branquitude é fruto da história, um lugar de “vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial”, e uma categoria que define as relações entre brancos e não-brancos, já que ela contorna as relações subjetivas que são estabelecidas a partir da interseccionalidade entre raça, classe, gênero, religião, sexualidade, etc. E por conta dessas várias confluências porta um caráter mutável em conceituação e rígido em sua influência, mas sempre presente.

Percebe-se, então, que a posição de privilégio concedida ao branco não é qualquer casualidade. No Brasil ser branco é ganhar um lugar superior na hierarquia social, ainda que não se perceba, ao passo que ser negro rebaixa essa posição. (MEINERZ; STRÖHER, 2021).

McIntoshi (1989, p. 10) confirma essa condição ponderando que

[...] os brancos são cuidadosamente ensinados a não reconhecer privilégios de brancos, assim como os homens são ensinados a não reconhecer privilégios de homens. Então, comecei de maneira não instruída a perguntar como é ter privilégio de brancos. Cheguei a ver o privilégio branco como um pacote invisível de ativos não adquiridos com os quais posso contar em dinheiro todos os dias, mas sobre o qual eu 'deveria' permanecer inconsciente. O privilégio dos brancos é como uma mochila invisível e sem peso de provisões especiais, mapas, passaportes, livros de códigos, vistos, roupas, ferramentas e cheques em branco.

Além disso, a branquitude é algo consciente apenas as pessoas negras, os brancos não notam a discriminação. E ainda que se fale que a desigualdade e a condição da grande parte das pessoas negras são consequência do período escravocrata, nada se diz sobre a “herança branca da escravidão” (BENTO, 2002, p. 46).

## **Narcisismo e relações culturais**

Aqui, produzimos uma analogia da construção narcísica aplicada ao contexto cultural, sobremaneira a brasileira.

Quando, então, a vivência cultural existente, toma por objeto de amor o padrão europeu de branquitude e, à semelhança do complexo de Édipo, torna tudo o que se contrapõem a isso passível de eliminação, aqui representado na negritude. Por isso, tanto para a sua autopreservação quanto para a manutenção desse padrão é gasto um alto investimento libidinal, tornando o branco e sua simbologia vinculadas a um ideal de ego cultural que deve ser, a todo custo, alcançado. Em concomitância, a negação do negro nos âmbitos físico e simbólico.

Cá, percebemos um componente narcísico presente nas desigualdades raciais próprias da cultura brasileira.

A cultura brasileira, como um amplo organismo desejante, deseja à maneira de Narciso: em qualquer superfície que olhe, uma só imagem é capaz de vislumbrar, a imagem da hegemonia branca. Há uma negação de parte de sua identidade, e o branco torna-se não só o amado, mas também o ideal de ego a ser alcançado.

Sobre esse aspecto, González (1988) traz contribuições ao apontar que o inconsciente brasileiro tem em sua construção a forja de concepções europeias embranquecidas, porque a formação histórico-cultural do Brasil deu-se a partir desse pensamento de uma superioridade branca, vinda do iluminismo europeu, cuja dinâmica foi pautada na determinação de caráter e comportamentos e valores tendo como base a ideia de homem universal, não correspondente à pele negra e colonizada. (MUNANGA, 2002).

Adiante, relacionamos o modelo branco como quase que exclusivamente usado nos meios de comunicação, evidenciado quando a mídia deseja retratar uma família, um jovem ou uma criança. A conjectura simbólica do belo, bom, agradável, delicado, entre outros adjetivos, tende a referir-se a um padrão estruturalmente determinado. Nesse âmbito, que pautamos o narcisismo, na cultura move-se como um elemento de dupla dinâmica: preservando a hegemonia dessa imagem e gerando aversão ao que se contrapõem, adjetivando-o como estranho, diferente, feio, rude... (BENTO, 2002).

Essa condição própria do processo sócio histórico de produção da cultura brasileira, respalda-se a partir do amor narcísico e suas identificações. A escolha do objeto deste amor se faz tendo em vista o modelo de si mesmo, isto é, de seu ego. Ama-se o que é, o que se foi ou o que se gostaria de ser. (FREUD, 1990).

A mudança de um poder hegemônico moldado no homem branco e concentrado na modernidade sobre a Europa fez com que o homem europeu ganhasse, sobretudo, no âmbito identificatório, um lugar “universal” em comparação aos africanos e indígenas no território brasileiro. (DIOP, 1985)

Essa condição fez com que esse Outro se tornasse ameaçador. Em aspectos psicanalíticos temos uma condição totalmente narcisista e projetista. Narcisista em ter a si próprio como modelo ideal, impondo a todos os indivíduos que alcancem o padrão para que sejam aceitos e minimamente respeitados. E projetista na condição de que, se o ego desse sujeito (cultura) é narcísico, logo, é perfeito, e desse modo, suas mazelas são projetadas nesse outro que ameaça, pois caso assumidas maculariam o modelo vigente. (FREUD, 1990)

Na projeção, Bento (2002, p. 12) aponta que:

Os sujeitos perdem a capacidade de discernir entre o que é deles e o que é alheio, e então tudo vira falsa-projeção, exterioridade. Sob a pressão do superego, o ego projeta no mundo exterior, como intenções más, os impulsos agressivos que provêm do id e que, por causa de sua força, constituem uma ameaça para ele próprio. Ao projetar os impulsos consegue livrar-se deles e, ao mesmo tempo, reagir a eles, como algo que pertence ao mundo exterior. É um tipo de paranoia que caracteriza frequentemente quem está no poder e tem medo de perder seus privilégios. Assim, projeta seu medo e se transforma em caçador de cabeças.

Ainda, de acordo com os pressupostos da psicanálise, podemos explicar a projeção como “a transferência dos impulsos socialmente condenáveis do sujeito para o objeto”. É essa transferência, que assim como no indivíduo narcísico, justifica e legitima a ideia de sua superioridade. O que nos fez termos uma cultura fomentada por desigualdade, preconceito, discriminação, apropriação concreta e simbólica, e manutenção de privilégios. Em um sentido prático e explícito dessas colocações, temos o mito do homem negro esturpador e da mulher negra “fácil” e promiscua. (BENTO, 2002; DAVIS, 2016).

Estudiosos como Octavio Lanni, Fúlvia Rosemberg e Ana Célia da Silva corroboram apontando que na comunidade visual, a imagem do negro é dada de forma estigmatizada, depreciada, desumanizada, pejorativa, associada ao que é demoníaco. (CARONE; BENTO, 2016).

Ribeiro (2017, p. 40) destaca que enquanto a mulher branca é posta em um lugar de ‘o outro’, a mulher negra está posta como ‘o outro do outro’, uma vez que esta enfrenta uma ‘dupla carência’, não sendo nem branca e nem homem, é uma antítese de branquitude e masculinidade.

Somos capazes de inferir com evidências que a dor orgânica do Brasil neurótico é ter que admitir a existência de um racismo próprio à sua estrutura e que, portanto, o leva a defender-se a partir da denegação do mesmo, e da sua sublimação a partir do mito da democracia racial. E em sua condição hipocondríaca, elege a mulher negra como seu maior órgão de afetação. Uma vez que esta foi culturalmente posta como a entidade máxima de submissão, também é vislumbrada como a parte mais fraca. E neste ponto, o retorno do recalcado - a negação do racismo - se dá a partir do órgão constitucionalmente elevado a posição de inferior: a mulher negra, que sofre, quer escancaradamente quer sutilmente os mais diversos infortúnios, simplesmente por ser mulher e sobretudo, por ser negra. (GONZÁLEZ, 1980).

Neste sentido, a negação do racismo se dá a partir do conceito o qual Bento (2002) descreve como pacto narcísico da branquitude. Um pacto de silêncio, apoio e fortalecimento aos que são iguais, que objetiva a preservação, conservação e manutenção dos privilégios e interesses compartilhados por uma classe - branca. Sendo o silêncio o pilar central que o mantém, junto com discursos de culpa e desvalorização do indivíduo negro. É em virtude disso que várias Marias são mortas e culpadas. (Voltar à primeira epígrafe). A não identificação social e cultural, e o pacto narcísico, lhes têm imprimido violação, agressão e feminicídio.

Não podemos esquecer que a rejeição de algo é primeiramente cognitiva/psicológica, após, se estendendo ao físico: acesso, maiores opções, direito de escolha, liberdade, educação, saúde, dignidade...

Concordo com a hipótese levantada por Bento (2002) que o que ocorre nas relações raciais hierarquizadas é o que acontece no amor narcísico, tanto no viés identificatório no amor objetal, tanto no ódio narcísico gerado pela não identificação.

## RACISMO ESTRUTURAL

*Luiza, uma mulher negra de 31 anos, passou sua infância toda tendo que testemunhar sua mãe sendo espancada por seu pai e não conseguiu escapar do ciclo de violência. Após sofrer agressões de seu marido e ter sua filha ameaçada por ele, o próprio pai, tentou efetuar denúncias contra ele, mas não conseguiu. No lugar onde deveria encontrar apoio e proteção, encontrou negligência e desencorajamento. Ao procurar a delegacia da mulher teve por resposta da delegada a seguinte fala: “Eu não posso fazer nada por você, precisamos esperar acontecer alguma coisa”. Luiza ou a filha teriam que sofrer algo físico para terem indícios suficientes para ‘qualificarem’ a denúncia. “Até lá eu já estarei morta”, responde Luiza.*

**Relato real de uma mulher negra registrado no site Azmina, 2020. (Adaptação da autora).**

O racismo, em suas mais diversas formas de manifestação, visa um objetivo somente: exploração/opressão. Este, é conhecido mais claramente em duas vertentes que portam características próprias: racismo aberto e racismo disfarçado. O primeiro, próprio das sociedades de linhagem anglo-saxônica, germânica ou holandesa, exclui a miscigenação, uma vez que os grupos brancos não negociam sua “pureza” e “superioridade”, apesar de, o estupro e exploração sexual contra mulheres negras serem fatos presentes, e deste modo, a consequência reside na segregação e exclusão dos grupos não-brancos. O racismo disfarçado é cultura própria das sociedades de origem latina, o qual é chamado também de racismo por denegação. O mesmo dá ensejo para as teorias da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. (GONZÁLEZ, 1988).

Carneiro (2020) aponta que ao racismo cabe o poder de inferiorizar, a partir da população em geral, o negro e todos os seus segmentos e a mulher negra em específico. Tendo, também, um papel de operar divisão na luta pelos privilégios de mulheres, uma vez que essa luta se apresenta diferentemente para mulheres brancas e negras.

O Brasil, como parte da América Latina, classifica-se no âmbito das manifestações racistas veladas. Até 1951, o país citado era tido como um exemplo de harmonia racial. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO financiou um projeto de pesquisa que visava propagar uma ideia de neutralidade entre as raças. Através do Brasil como uma exemplificação de um modo a ser seguido na harmonia entre os diferentes, visando assim, inspirar outros países.

Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Costa Pinto e Thales de Azevedo foram alguns dos especialistas chamados para o desenvolvimento deste trabalho. Os mesmos observaram que a hipótese inicial de uma democracia racial e harmonia era utópica e encontraram preconceito e discriminação no âmbito privado, mascarados por não serem conflitos abertos.

Almeida (2019) aponta que o racismo é sempre estrutural, este integra e organiza a economia, a política e a sociedade como um todo. Dessa forma, segundo o autor citado,

o racismo deve ser visto como uma manifestação normal e não como uma patologia ou anormalidade dentro de uma sociedade. E uma vez que todo racismo é estrutural e, portanto, consolidado no sistema, fornece o sentido, a lógica e a tecnologia que reproduzem as mais diversas formas de desigualdade e violência.

A Referência Técnica para a Atuação de Psicólogas(os) (2019, p. 11), pondera que a hierarquia criada pelo racismo historicamente, atribui ao grupo racial negro os lugares e posições mais desqualificadas, e o topo da hierarquia, ao grupo racial branco. Dessa forma é descrito:

Esse escalonamento marca suas identidades e seus modos de vida, pois, se o topo, portanto, o ideal, está associado à população branca, ela tem maior probabilidade de constituir-se subjetivamente de forma afirmativa, já a população negra é comumente assolada por uma luta constante e, às vezes, inglória, contra o sentimento de inferioridade e, junto com ele, o de culpa por não corresponder àquele suposto ideal, bem como pelo sentimento de angústia por persistentemente passar por situações de opressão.

A compulsão à repetição do racismo na cultura brasileira, ou seja, sua consolidação ao invés de desaparecimento, mostra que o racismo não foi elaborado (no sentido psicanalítico) na dita abolição da escravatura. O retorno do recalcado sempre surge com um caráter de compulsão. O substituto, que apesar do recalque encontrou uma satisfação reduzida e deslocada por não ser o mesmo objeto original, não se apresenta conscientemente como uma satisfação. Entretanto, esse sintoma traz consigo características de ambivalência, uma vez que satisfaz o ID e o Superego, mas não o Ego. A presença, então, desse sintoma embora cause desprazer consciente se mantém em virtude de proporcionar prazer inconsciente. Nas palavras de González (1980, p. 224) “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”.

Nesse contexto, a manutenção do racismo estrutural, o qual porta esse caráter compulsivo, se dá a partir do que Freud (1996) vai denominar de ganho secundário da doença. Onde embora uma parte do organismo chamado Brasil seja afetado e morra, a parte dominante continua em seu plano de dominação, com suas regalias e ganhos. Por que, então mudar tal estrutura?

Esse racismo não elaborado e que antes aparecia direta e explicitamente, com os negros escravizados, explorados e subjugados, utilizou-se, uma vez que o Brasil enfrentava grande pressão de países externos para que optasse pelo fim da escravidão, manifestando-se após a assinatura da Lei Áurea em 1888 de forma indireta e implícita já que não poderia se desfazer por ser estruturalmente aquilo que organizou o ego e o ideal de ego da cultura brasileira. Portanto, podemos compreender que somente suas formas de manifestação modificaram-se, mas seu teor de atuação permanece o mesmo com toda força e vigor.

A mulher negra que antes só cabia no papel de escrava, hoje só cabe no papel de empregada/doméstica. A nomenclatura modificou-se, mas o papel social, cultural e simbólico permanece o mesmo, tendo que enfrentar subalternidade, racismo e machismo, já que destoam efetivamente do padrão posto.

Por sua vez, a ideologia da democracia racial serve como uma crença que grita “Neutralidade!” pelo judiciário e o sistema de justiça, que lhes impossibilita reconhecer casos de racismo. Como em todo mito, este anula e oculta questões, e mostra o que convém, tanto para o anunciador, quanto para o ouvinte. (GONZÁLEZ, 1980; ALMEIDA, 2019).

De acordo com González (1980) essa ideologia exerce sua violência simbólica de maneira peculiar sobre a mulher negra. Se por um lado, na condição carnavalesca a mulher negra se transforma em um objeto de desejo, enaltecida e endeusada, o outro lado é posto quando ela é retirada desse lugar, retornando novamente a condição de empregada doméstica.

Inferimos que a negação do racismo é mantida por essa construção idealizada de que há, no Brasil, uma democracia racial, onde todos são bem-vindos e bem-vistos em sua conjuntura. E que o narcisismo próprio a estrutura da cultura do Brasil tem como seu herdeiro o racismo estrutural, o qual se mantém a partir da ideologia da democracia racial. Este sistema se auto retroalimenta e oferece as condições perfeitas para o feminicídio de mulheres negras.

A combinação de racismo e sexismo faz com que quando se pense em mulher, pense-se em mulher branca, e quando se pense em pessoa negra, pense-se em homem negro. Tal questão veste-se das consequências da intersecção entre os marcadores sociais que produzem segregação e marginalização dos indivíduos dependendo de sua raça, classe e/ou gênero, levando a mulher negra a estar na posição mais baixa da hierarquia social construída pautada em racismo estrutural. (BIBIANO, 2022).

De acordo com Carneiro (2020) o racismo exerce grande impacto sobre as relações de gênero, sendo ele o determinante da hierarquia de gênero em nossa sociedade, atribuindo à mulher negra o último espaço de ocupação.

## **DISCUSSÃO: FEMINICÍDIO E SUBJETIVIDADE**

Baseada na construção teórico-metodológica erigida até aqui, o feminicídio é uma das diversas possibilidades de manifestação sintomática de uma sociedade que tem por maior ferida a presença de objetos que em nada se assemelham com o seu ideal de ego estabelecido, isto é, à única imagem que deseja vislumbrar narcisicamente ao se contemplar.

O feminicídio tem em uma de suas bases uma dimensão da exclusão. A exclusão moral. Bento (2002, p. 5), aponta que a exclusão pode ser compreendida como “descompromisso político com o sofrimento do outro”. E sua vertente moral é composta por uma “ausência de compromisso moral e o distanciamento psicológico em relação aos excluídos”.

A autora aponta que a exclusão moral traz como primeiro passo a desvalorização do outro como indivíduo, e até como ser humano. Aos excluídos moralmente restam o lugar de sem valor, indigno, prejudicado e explorado. Podendo esta assumir faces inflexíveis, como o genocídio. E por que não o feminicídio?!

Esse tipo de exclusão ganha espaço no que Maria aponta como *necessidade de pertencimento social*. Essa demanda esclarece que o investimento social que atribuímos a nossa própria identidade, advém da forte ligação emocional que temos com o grupo ao qual pertencemos. Isto nos leva, então, a defendermos e protegermos os valores do nosso grupo, uma vez que, a imagem que temos de nós vincula-se à imagem deste, e por outro lado, a excluirmos os demais não pertencentes a ele.

Embora essa dinâmica faça parte da psique de todo indivíduo em grande ou pequena medida, é mais um indício de uma exclusão própria a objetos específicos dentro da cultura brasileira. Dessa forma, por não conseguir cumprir os critérios de aceitação e não pertencer a classe dominante nem em gênero e nem em raça, a mulher negra se encontra fora do universal moral desta, e portanto, é julgada com mais dureza e têm em sua própria exclusão a justificativa de exploração, descaso e desumanidade nas quais são alvas. (BENTO, 2002).

Além da exclusão, um outro ponto central que fomenta inconscientemente a prática consciente do feminicídio contra mulheres negras, é um sentimento próprio ao narcisismo, o chamado ódio narcísico. Este estar para a não identificação, assim como, o amor narcísico estar para a identificação. O que se torna claro ao analisarmos que a mulher negra se caracteriza extraordinariamente contrária ao que o padrão narcísico cultural idealizado do homem europeu apresenta. (BENTO, 2002).

O feminicídio é um fenômeno fruto do racismo e do sistema econômico, político e jurídico, que reproduz a condição de subalternidade da mulher negra, atacando-a como sua vítima mais suscetível. No Brasil no ano de 2003 o índice de homicídio de mulheres brancas diminuía em 9,8%, e o de mulheres negras crescia significativamente em 54,2%. (WAISELFISZ, 2015).

O Atlas da Violência (2021, p. 38) aponta que no ano de 2019 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Enquanto a taxa de feminicídios de mulheres não negras foi o equivalente a 2,5, a taxa para as mulheres negras foi de 4,1. “Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras”.

Outros dados apontam que no ano de 2009 a taxa de mortalidade de mulheres negras era superior a de mulheres não negras em 48,5%, e dez anos depois esse número subiu para 65,8%. Deste modo, temos os seguintes resultados entre 2009 e 2019:

[...] o total de mulheres negras vítimas de homicídios apresentou aumento de 2%, passando de 2.419 vítimas em 2009, para 2.468 em 2019. Enquanto isso, o número de mulheres não negras assassinadas caiu 26,9% no mesmo período, passando de 1.636 mulheres mortas em 2009 para 1.196 em 2019. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021, p. 40).

Em porcentagem, no ano de 2019, todos os feminicídios ocorridos no estado de Alagoas foram de mulheres negras, resultando no percentual de 100%. Nos estados de Amapá e Sergipe tivemos a taxa de 94% das mortes sendo de mulheres negras para 6% de mulheres negras. Na Bahia, o índice foi de 92% a 8%. Nos estados do Tocantins e Pará, o resultado foi de 91% para mulheres negras e 9% para não negras.

O site Câmara dos deputados publicou um debate ocorrido em uma comissão geral no ano passado, o qual concluiu-se que das 1.350 mortes por feminicídio em 2020, a maioria foi de mulheres negras. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

O site G1 em seu blog voltado para o monitoramento da violência trás registros de que a mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio, enquanto que as mulheres brancas integram quase a metade dos casos registrados de lesão corporal e estupro. Os autores apontam que apesar dos dados, as mulheres negras portam mais dificuldades em realizar denúncias por não serem assistidas pelos serviços públicos de proteção, como deveriam ser. Os dados apresentados apontam que 75% das mulheres assassinadas no primeiro semestre do ano de 2020 no Brasil foram negras. (VELASCO *et al*, 2020).

De acordo com dados do Quadro 1, apresentado abaixo, adaptado das informações obtidas pelo site G1, nem sempre temos acesso aos dados na íntegra devido ao ocultamento de informações, mas é possível notarmos a diferença significativa entre os dados de mortalidade de mulheres negras pelo crime de feminicídio em relação a mulheres brancas.

<b>Dados sobre o feminicídio no Brasil</b>
10 estados não divulgam os dados de forma completa (sete não apresentam nenhuma informação sobre raça e três têm apenas números parciais)
Em mais da metade dos casos de quatro dos cinco crimes pesquisados não consta a raça (seja porque ela não foi divulgada, seja porque o campo aparece como 'não informada')
Dos 889 homicídios com a raça informada, 650 (73%) foram cometidos contra mulheres negras
No caso dos feminicídios, as mulheres negras representam 60% do total (198 dos 333 crimes em que a raça está disponível)
Já nos casos de lesão corporal, as negras compõem 51% das vítimas em que a raça é informada
O percentual das mulheres negras vítimas de estupro é de 52% (1.814 de 3.472 registros)

Quadro 1 - Dados sobre o feminicídio no Brasil

Fonte: G1 (adaptação nossa)

As figuras abaixo corroboram também com as discussões apresentadas ao ilustrar os dados numéricos e dados gráficos a quantidade de mulheres negras submetidas a violências corporais, o que indica um alto grau de violência, ocorrido, muitas vezes, até dentro do próprio espaço doméstico até seu ápice, marcado pela relação de interseccionalidade entre o racismo e o machismo que toma a figura feminina como sujeito de subserviência às suas diretrizes, as impedindo da autonomia e a própria vida, longe se sua dominação.



Figura 2 - Dados de lesão corporal em decorrência de violência doméstica

Fonte G1



Em conclusão, os dados apontados revelam a consequência máxima do ciclo de violência dirigida contra as mulheres negras, uma vez que essas mulheres sofrem violências desde sua fase infância, sendo atacadas por conta de seu cabelo, tom de pele, falta de representatividade, tendo consequências principalmente em sua autoestima. Há uma violação racial desde quando se é criança, a partir de uma estrutura racista que determina que meninas negras são inferiores, e são essas meninas que mais tarde sentiram o apogeu dessa inferioridade. (TRINDADE, 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A solidão me queima por dentro. Até quando irei sofrer?*

*A sociedade patriarcal, machista, escravocrata me tira a possibilidade de ser.*

*Sete em cada dez mulheres assassinadas são negras. Os nossos salários são menores. Somos vítimas do analfabetismo e do desemprego.*

*Por causa da construção histórica e social somos as maiores vítimas de violência sexual.*

*Tenho medo de ser estuprada, minha dor não é reconhecida, o estado invisibiliza o meu sofrimento, a cor da minha pele me faz padecer.*

*Sou mulher preta, minha luta é diária.*

*O sofrimento tem cor e ninguém se ocupa dele!*

*A escola não vai abordar, a saúde não vai atender.*

*O banzo é o sofrimento psíquico dos que não pertencem, dos que não se pertencem, dos despossuídos de voz, dos que não tem estética e inteligência. Não, por não ter de fato, mas por não permitirem ter.*

*A estrutura me ignora, o racismo estrutural me coloca novamente no tronco e se eu disser que sofro, ah! Eu me vitimizo. Então, passo pela vida sentindo as chicotadas que até hoje sangram o meu corpo e a minha alma de **MULHER NEGRA**. (grifo da autora).*

**NEUZA MARIA, 2022.**

Com o desenvolvimento do presente estudo pode-se constatar que o Brasil foi construído sob uma estrutura que confere à mulher negra um lugar de segregação na base da hierarquia social. Tendo o racismo e o sexismo como instrumentalização de classificação e características principais em seu ideal de ego, nossa sociedade em sua não identificação narcísica com esses indivíduos a colocam em uma posição de eliminação, que já estas ferem seu narcisismo cultural: uma sociedade embranquecida e machista.

Desta forma, a mulher negra é marginalizada, também, no âmbito psíquico do inconsciente brasileiro. Estando mais vulnerável a todos os tipos de violência, inclusive ao crime de feminicídio que se configura como a ação máxima de eliminação desse objeto de ódio.

As concepções de ações estaduais ou federais que se voltem para a minimização deste infortúnio devem ter o seu olhar racializado, para que compreenda que as mulheres são afetadas de maneiras diferentes a partir de sua raça e classe. Bem como todas as outras estratégias de eliminação ou diminuição desse sofrimento devem ser construídas sob um olhar de raça.

Espero que as ciências psicológica e psicanalítica continuem mergulhando seus estudos nesse área, entendendo que a subjetividade humana também está implicada em uma herança estrutural da sociedade a qual se vive.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Bakhtiniana, v. 16, n. 3, p. 183-189, jul/set. 2019.

ASSIS, Camila Vieira da Silva de. Mulheres Negras, opressões, feminismo negro e entretenimento. *In: VI seminário Centros crise e mundo do trabalho no Brasil desafios para a classe trabalhadora*. Itaperi. 2018. Disponível em: <[http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/425-51242-15072018-114301.pdf](http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51242-15072018-114301.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos Narcísicos no Racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. São Paulo: Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. 2002.

BORTONCELLO, Sara Carolina Noce. Gênero, Cor e Classe: a invisibilidade da mulher no pós-abolição. **História e Democracia precisamos falar sobre isso**. São Paulo, 2018.

BIBIANO, Fabíola. **Mitos e Verdades sobre a mulher negra**. *In: II SIMPÓSIO DE PSICOLOGIA PRETA*, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mnQapa48cmU>. Acesso em: 05 out. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1983.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2020. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3040018&forceview=1>. Acesso em: 07 set. 2022.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio e as que mais sofrem com desigualdade social. *In: Câmara dos deputados*. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/832964-mulheres-negras-sao-maioria-das-vitimas-de-feminicidio-e-as-que-mais-sofrem-com-desigualdade-social/>>. Acesso em: 22 out. 2022.

COELHO, Elza Berger Salema; SILVA, Anne Caroline Luz Grudtner da; LINDNER, Sheila Rubia. **Violência: Definições e tipologias**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, p. 1-32.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referência Técnica para atuação de psicólogos(os) em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas**. 2. ed. Brasília: CFP, 2019.

CREPOP. **Relações raciais**: referências técnicas para a atuação de psicólogos(os). 1. ed. Brasília: CFP, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIOP, Cheik Anta. Origem da espécie humana e Civilização egípcia. *In*: **Youtube**. 1985. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XpqzEytY4Bc>>. Acesso em: 15 out. 2022.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas do povo negro**. Oxford University Press on Demand, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FANON, Franz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Rio de Janeiro: Fator 1983.

FREITAS, Eber. A leitura analítica e as 15 regras para ler um livro, segundo Mortimer Adler. **Livreiro nômade**. 2015. Disponível em: <<https://www.livreironomade.com.br/2015/10/a-leitura-analitica-e-as-15-regras-para.html>>. Acesso em: 5 set. 2022.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. v. 13, p. 11-125. 1990.

FREUD, Sigmund. **Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos**. *In*: Obras completas, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. 1925.

FREUD, Sigmund. Inibições, sintomas e ansiedade. *In*: **Obras psicológicas completas: Edição Standard Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 79-168.

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, v. 14, p. 83-119. 1990.

GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Rio de Janeiro. Vozes. 1988.

GODOY, Arilda. Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GONZÁLEZ, Lélia. **O Papel da Mulher Negra na Sociedade Brasileira: uma abordagem político-econômica**. Los Angeles: mimeografado, 1979.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**. Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GUIMARÃES, Agnes Sofia; MARTINS, Flávia Bozza; SILVA, Vitória Régia. "Sou negra e minha mãe branca disse que não existe negro bonito no Brasil". *In*: **Gênero e número**. 2022. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/reportagens/racismo-mulheres-negras/>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

IPEA. Homicídios Mulheres Negras. *In: Atlas da Violência*. 2021. Disponível em:

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. **Violência contra a mulher: Da legitimação à condenação social**. *In: Nova História das Mulheres*. (Org.) Carla Bassanezi e Joana Pedro. São Paulo: Contexto, 2010.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico, social. 3ª. ed. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1976.

MARIA, Neusa. **Violência Doméstica com Recorte Racial**. *In: II SIMPÓSIO DE PSICOLOGIA PRETA*, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mnQapa48cmU>. Acesso em: 05 out. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MCLNTOSHI, Peggy. White privilege: unpacking the invisible knapsack. *In: Peace and freedom*. 1989.

MEINERZ, Carla Beatriz; STROHER, Carlos Eduardo. Branquitude e privilégio de cor: dimensão relacional do racismo entre jovens estudantes. **Revista Práxis**. Novo Hamburgo, v. 19, n. 2, p. 2-25, jul/dez. 2022.

MIGUELEZ, Oscar Manuel. **Narcisismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Escuta. 2007.

MONTEIRO, Juliane; MAGALHÃES, Wagner. Mulheres negras são as principais vítimas de assassinatos. *In: G1 Monitor da violência*. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>>. Acesso em: 22 out. 2022.

MOTA, Camila Veras. Da Roma Antiga ao século 20, violência foi fator-chave para reduzir desigualdade, diz historiador. **News Brasil** 21 jan. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-42723741>. Acesso em: 28 ago, 2022.

MUNANGA, Kabengele. A identidade negra no contexto da globalização. São Paulo: **Ethnos Brasil**. v. 1, n. 1, p. 11-20. 2002.

NICÉIAS, Carlos Augusto. **Introdução ao narcisismo: O amor de si**. Ed. 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2013.

KRUG, Etienne *et al.* **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: World Health Organization, 2002. p. 1-380.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar**: Escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Orientadora: Maria Suely Kofes. 2008. 324 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2008.

PAIXÃO, Marcelo. GOMES, Flávio. Razões afirmativas: pós-emancipação, pensamento social e a construção das assimetrias raciais no Brasil. *In: MANDARINO, Ana Cristina de Souza. GOMBERG, Estélio. Racismos: olhares plurais*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 45-92.

**Programa de Ação do Movimento Negro Unificado**, Salvador, 1992, p.17-18.

REINO, Luiz Moreno Guimarães; ENDO, Paulo Cesar. Três versões do narcisismo das pequenas diferenças em Freud. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 16-27, dez. 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-48912011000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912011000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 07 out. 2022.

RIBEIRO, Djamilia. O que é lugar de fala? **Letramento**: Belo Horizonte. 2017.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing, **Estudos Feministas**, n. 2, p.446- 457. 1995.

SILVA, Ariane et al. Entre machismo e racismo, mulheres negras são as maiores vítimas de violência. *In*: **Revista Azmina**. 2019. Disponível em: <<https://azmina.com.br/revista-azmina/>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. *In*: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017, p. 19-32.

TRINDADE, Thayna. Trajetória de violência contra mulheres negras. *In*: II SIMPÓSIO DE PSICOLOGIA PRETA, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ao4vTA82NP0>. Acesso em: 05 out. 2022.

VEJA. Capitais da Solidão. *In*: **FGV Social**. 2005. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/midias/capitais-da-solidao>>. Acesso em: 30 out. 2022.

VELASCO, Clara *et al.* **Mulheres negras são as principais vítimas de homicídios; já as brancas compõem quase metade dos casos de lesão corporal e estupro**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>>. Acesso em: 13 out. 2022.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. 1. ed. Brasília, 2015.

# EDUCAÇÃO EM SAÚDE MENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR

*Data de aceite: 01/08/2024*

### **Giovana de Barros Lima**

Graduanda em Psicologia  
Faculdade dos Carajás  
Marabá-PA

<https://orcid.org/0009-0002-8708-6021>

### **Paula Danielle Souza Monteiro**

Instituto Federal do Pará (IFPA)  
Marabá-PA

<https://orcid.org/0009-0000-1723-6042>

**RESUMO:** O Setembro Amarelo é uma campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio, que surge como resposta a um problema de saúde pública. O estudo buscou analisar a experiência de um estágio curricular em psicologia no contexto da campanha Setembro Amarelo, detalhando as atividades realizadas, as estratégias implementadas e os resultados obtidos, com foco na promoção da saúde mental e na prevenção do suicídio entre adolescentes em ambiente escolar. A intervenção foi realizada no Campus Marabá Industrial do Instituto Federal do Pará (IFPA), sob a supervisão da psicóloga da instituição. Participaram 282 alunos de 9 turmas do Ensino Médio, como parte de um conjunto de ações realizadas em

2023. As atividades incluíram divulgações de cards e textos informativos nas mídias digitais, ornamentação do ambiente escolar, panfletagem de cartilha e a realização de uma oficina. Os resultados destacam: 1) que a oficina criou um espaço de diálogo aberto que desempenhou um papel relevante para identificar sinais de alerta; 2) a relevância da atuação do psicólogo escolar na prevenção do suicídio; 3) o estagiário teve a oportunidade de aplicar a teoria à prática. Promover saúde mental na escola é um compromisso educacional essencial para a oferta de atenção primária e o desenvolvimento integral na adolescência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Prevenção do suicídio, adolescência, ambiente escolar, Amazônia brasileira.

### MENTAL HEALTH EDUCATION: AN INTERNSHIP EXPERIENCE REPORT IN SCHOOL PSYCHOLOGY

**ABSTRACT:** Yellow September is a campaign aimed at raising awareness about suicide prevention, addressing a significant public health issue. This study analyzed the experience of a psychology internship in the context of the Yellow September campaign, detailing the activities performed,

the strategies implemented, and the outcomes achieved, with a focus on promoting mental health and preventing suicide among adolescents in a school environment. The intervention took place at the “Instituto Federal do Pará” (IFPA), under the supervision of the institution’s psychologist. A total of 282 high school students from 9 classes participated as part of a series of actions carried out in 2023. The activities included distributing informational cards and texts on digital media, decorating the school environment, handing out pamphlets, and conducting a workshop. The results highlighted: 1) the workshop created an open dialogue space that played a crucial role in identifying warning signs; 2) the importance of the school psychologist’s role in suicide prevention; and 3) the intern had the opportunity to apply theory to practice. Promoting mental health in schools is an essential educational commitment to providing primary care and fostering the holistic development of adolescents.

**KEYWORDS:** Suicide prevention, adolescence; school environment, Brazilian Amazon.

## INTRODUÇÃO

A escola assume um papel importante na promoção da saúde mental na infância e na adolescência. Programas de prevenção e ações que favorecem o bem-estar na escola contribuem para o desenvolvimento e a aprendizagem (Moura; Costa, 2019).

Atualmente, a promoção da saúde mental é vista como um dos componentes da educação de qualidade. Diversos programas e iniciativas são executados em escolas ao redor do mundo. Em 2005, a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou o Marco de Ação para a Saúde Mental Escolar, um guia sobre como promover a saúde mental nas escolas.

Sobre a distribuição dos casos de suicídios nos Estados da Região Norte, entre os anos de 2010 e 2013, o Pará se destacou como o segundo com o maior índice de suicídios entre crianças e adolescentes, ficando atrás apenas do Amazonas (Batista et al., 2016). Entre 2000 a 2015, a região Norte registrou um aumento de 72,81% nas taxas de mortalidade por suicídio (Cicogna; Hillesheim; Hallal, 2019).

O Setembro Amarelo é uma campanha de prevenção ao suicídio que foi adotada no Brasil em 2014, com a proposta que durante o mês de setembro sejam realizadas ações que abram espaço para debates sobre a valorização da vida e a prevenção do suicídio, alertando a população sobre a importância dessas discussões (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, 2019).

No contexto da campanha a atuação do psicólogo escolar se torna imprescindível na prevenção do suicídio e na promoção da saúde mental. Além disso, a pesquisa na área é fundamental para aprimorar as estratégias de prevenção e aumento da efetividade das intervenções. A psicologia escolar pode contribuir para a sensibilização da sociedade sobre a importância da prevenção do suicídio, combatendo o estigma e promovendo a busca por ajuda (Costa, 2013).

A realização do estágio em psicologia com foco na promoção e prevenção em saúde mental, incluindo a temática do suicídio, permite uma análise crítica sobre o papel do psicólogo escolar. O estágio supervisionado específico é uma etapa projetada para proporcionar aos estudantes uma experiência prática (Conselho Federal de Psicologia, 2018).

A intervenção justifica-se em vista das demandas frequentes por acompanhamento psicológico no Campus Marabá Industrial do Instituto Federal do Pará (IFPA). Também é fundamentada pela necessidade de intervenções contínuas e específicas para a realidade local, pela insuficiência de recursos destinados à saúde mental nas escolas da região Amazônica, pelo impacto positivo de intervenção precoce e de promoção de saúde mental na melhoria do desempenho acadêmico e no bem-estar geral dos alunos.

Dessa forma, torna-se crucial a ação e a prática de intervenções eficazes para auxiliar indivíduos que enfrentam dificuldades emocionais e comportamentais, incluindo o risco de suicídio. Assim, objetivou-se analisar a experiência de um estágio curricular em psicologia no contexto da campanha Setembro Amarelo, detalhando as atividades realizadas, as estratégias implementadas e os resultados obtidos, com foco na promoção da saúde mental e na prevenção do suicídio entre adolescentes em ambiente escolar.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Psicologia Escolar é um campo profissional que atua no âmbito escolar ou em áreas relacionadas. Dentre os seus objetivos colabora de forma ativa no desenvolvimento da comunidade escolar, incluindo a utilização de estratégias coletivas de cuidado em saúde mental, promovendo o bem-estar emocional e social dos alunos, criando um ambiente propício para o aprendizado e a formação integral de cidadãos (Antunes, 2008).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Psicologia, no campo da psicologia escolar, definem os princípios e fundamentos da formação profissional. A atuação do psicólogo escolar é pautada por uma visão crítica e interdisciplinar, considerando o desenvolvimento humano em sua integralidade e as diversas variáveis que influenciam o processo de aprendizagem (Sousa; Facci; Silva, 2018).

As DCNs são pilares na formação de profissionais qualificados e definem as competências e habilidades que o psicólogo escolar deve desenvolver como compreender o papel da Psicologia no contexto educacional, desenvolver habilidades de avaliação, realizar intervenções psicológicas, atuar de forma colaborativa, realizar pesquisas e manter-se atualizado (Sousa; Facci; Silva, 2018).

A realidade de atuação do psicólogo escolar é bem ampla e complexa e a sua prática está baseada em intervenções coletivas, abrangendo grupos e sistemas nos quais o sujeito está inserido. Essa abordagem reconhece que o desenvolvimento individual é influenciado por diversos fatores, desde a dinâmica familiar até o contexto social e cultural (Viana, 2016).

O psicólogo escolar atua em diversos campos promovendo o bem-estar e desenvolvimento da comunidade escolar. Através da prevenção e promoção da saúde mental se garante um ambiente positivo para o aprendizado. Em situações de crise o psicólogo oferece suporte e ajuda para lidar com Bullying, violência, luto e outros desafios (Silva; Merlo, 2009).

De acordo com Dias, Patias e Abaid (2014) as estratégias coletivas de cuidado, como círculos de diálogo, programas de mentoria e campanhas de sensibilização são ferramentas essenciais para fortalecer a comunidade escolar e promover o bem-estar de seus membros. O psicólogo atua como um agente de transformação promovendo a saúde mental e o desenvolvimento dos alunos.

A escola é o palco central da vida do adolescente, ostenta um papel importante na promoção e prevenção da saúde mental. Vieira et al. (2014) salientam que o ambiente escolar é um espaço ímpar para a disseminação de conhecimentos e práticas que contribuem para o bem-estar mental.

Nas últimas duas décadas a importância da saúde mental na educação ganhou crescente reconhecimento globalmente. No ano 2000 houve um aumento no investimento em programas com foco na saúde mental nas escolas. Na década seguinte diversas diretrizes e documentos internacionais foram publicados, impulsionando o engajamento do governo, organizações internacionais e da sociedade civil na causa (OMS, 2018).

A Lei nº 13.935, sancionada em dezembro de 2019 dispõe sobre a prestação de serviços dos psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas, mas se identifica a carência de profissionais. A média nacional é de um psicólogo para cada 1.910 alunos, mas a situação na Amazônia brasileira é pior (Associação Paulista de Medicina, 2023).

Para enfrentar esse desafio a Lei nº 14.819 de janeiro de 2024 representou um marco histórico para a educação brasileira ao instituir a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Objetiva promover a saúde mental e o bem-estar dos alunos, professores e demais profissionais da educação, reconhecendo a importância do ambiente escolar para o desenvolvimento integral dos indivíduos.

A escola é um espaço ideal para promover a saúde mental dos jovens. Quando implementada de forma eficaz pode trazer benefícios em longo prazo, como o melhor funcionamento emocional e social, o desempenho e a sustentabilidade de tais programas (Matos, 2014). Quando se concede voz aos participantes a intervenção os torna agentes proativos no processo de transformação, impulsionando seu empoderamento e independência (Mondardo; Piovesan; Mantovani, 2009)

A omissão do cuidado com a saúde mental no ambiente educacional gera um terreno fértil para o surgimento de diversos problemas, especialmente para os alunos, sendo que a adolescência é um período particularmente desafiador para os estudantes, e a falta de atenção à saúde mental pode desencadear transtornos como ansiedade e depressão (André, 2017).

O Setembro Amarelo é uma campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio, que surge como resposta a um problema de saúde pública global. A cada ano, milhares de vidas são perdidas por suicídio. O Brasil ocupa a 8ª posição no ranking mundial de suicídio entre jovens de 15 a 29 anos, segundo a OMS (Ministério da Saúde, 2015).

No Brasil, o suicídio é a terceira principal causa de morte entre jovens, atrás apenas de homicídios e acidentes de trânsito (Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, 2019). Segundo Cassorla (2017) o suicídio era mais prevalente em pessoas mais velhas, realidade que vem mudando e a população jovem, incluindo adolescentes, está cada vez mais vulnerável.

O suicídio é influenciado por diversos fatores como as tentativas anteriores, população LGBTQIA+, histórico familiar, predisposição genética, problemas psicológicos e a falta de apoio social (Bilsen, 2018; Brás; Jesus; Carmo, 2016). Por outro lado, existem fatores de proteção contra o suicídio, como o vínculo familiar saudável, apoio social, autoestima, práticas de estratégias positivas de enfrentamento, acesso a serviços de saúde mental e prevenção do Bullying (Brás; Jesus; Carmo, 2016).

A adolescência é marcada por diversas mudanças e desafios, como a construção da identidade, a pressão por resultados e as incertezas sobre o futuro, fatores que podem contribuir para o adoecimento mental, como ansiedade, depressão e ideação suicida. Quando as escolas abordam o Setembro Amarelo podem criar um ambiente mais acolhedor e seguro para os alunos expressarem seus sentimentos e buscarem ajuda (OPAS, 2013).

A escola assume um papel relevante na prevenção do suicídio ao promover a educação em saúde mental, disseminar informações precisas sobre o tema e criar um ambiente acolhedor e inclusivo, oportunizando que os alunos aprendam sobre a importância da saúde mental, identifiquem sinais de alerta e desenvolvam estratégias para lidar com as dificuldades da vida e habilidades socioemocionais (Ministério da Saúde, 2015).

Assim, ao desenvolver ações de conscientização e prevenção do suicídio nas escolas contribui para a promoção da saúde mental e do bem-estar dos alunos. A participação de toda a comunidade escolar é fundamental para o sucesso da campanha e para a construção de uma cultura de cuidado com a saúde mental (Botega; Scavacini, 2023).

## **METODOLOGIA**

O estudo é um relato de experiência descritivo do estágio específico curricular da graduação em Psicologia, traçando um panorama da vivência no contexto escolar. Segundo Stake (2011) tece uma narrativa, com reflexões críticas sobre os aprendizados e desafios encontrados ao longo da jornada.

O relato de experiência descreve uma ação realizada no Campus Marabá Industrial do IFPA, situado na cidade de Marabá no sudeste do Estado do Pará, sob a supervisão da psicóloga da instituição. Participaram 282 alunos do Ensino Médio, com faixa etária

entre 15 e 24 anos, como parte de um conjunto de 48 ações realizadas com 9 turmas durante o ano de 2023. A oficina abordou o tema “Setembro Amarelo: Se Precisar Peça Ajuda!”, buscando promover saúde mental e a prevenção do suicídio entre adolescentes em ambiente escolar.

O planejamento das ações referentes à campanha aconteceu por meio de encontros presenciais com os estagiários do 10º período do curso de Psicologia de uma instituição de ensino superior, para o alinhamento de ideias, sugestões, trocas de experiências e elaboração de materiais como slides, cartilha e cards para divulgação em mídias digitais.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Quadro 1 estão descritos 05 encontros realizados informando as atividades com o objetivo de apresentar uma visão geral das ações desenvolvidas destacando as experiências que ocorreram em cada encontro.

ENCONTROS	ATIVIDADES REALIZADAS	OBJETIVO
1	Reuniões para leitura e elaboração de materiais (slides, cartilha e cards).	Aprofundar o conhecimento teórico, aprimorar as habilidades práticas e elaborar os materiais.
2	Divulgações de cards e textos informativos nas mídias digitais.	Divulgar informações com base em literatura científica sobre o suicídio e a campanha Setembro Amarelo nas mídias digitais.
3	Ornamentação do ambiente escolar.	Construir um espaço acolhedor e convidativo para estimular o diálogo sobre a prevenção do suicídio e a busca por ajuda.
4	Panfletagem da cartilha: “Setembro amarelo: se precisar peça ajuda!”	Divulgar informações com foco na prevenção do suicídio através da panfletagem
5	Realização de oficinas: “Não sofra em silêncio: falar é a melhor solução!”	Conscientizar e incentivar a busca por ajuda em situações de sofrimento emocional, incentivando o diálogo e a valorização da vida.

Quadro 1. Descrição das atividades realizadas

Fonte: Elaborado pelos autores

### Ação 1: Reuniões para leitura e elaboração de materiais

Os estagiários se dedicaram a um intenso aprendizado, buscando conhecimento teórico, visando criar materiais que sensibilizassem a comunidade escolar sobre a prevenção do suicídio. Através de estudos aprofundados a equipe dominou as principais informações sobre o suicídio e a sua prevenção. Estatísticas, fatores de risco, sinais de alerta e recursos de apoio foram cuidadosamente analisados, construindo uma base sólida para a criação da campanha. Com o conhecimento adquirido a equipe aperfeiçoou suas habilidades práticas na produção de materiais informativos e de conscientização.

## **Ação 2: Divulgação de cards e textos informativos nas mídias digitais**

As mídias digitais foram utilizadas para divulgar cards com informações sobre o Setembro Amarelo e a prevenção do suicídio para o público dentro e fora do âmbito escolar. Cards com textos informativos com dados e recursos de apoio foram criados e compartilhados em diferentes plataformas sociais.

A campanha teve um amplo alcance conscientizando sobre a importância da prevenção do suicídio. A iniciativa gerou engajamento da comunidade, promovendo a cultura de cuidado com a saúde mental, corroborando Vieira et al. (2014) que propõem que as ações informativas podem gerar mudanças de comportamento sobre a promoção de saúde mental.

A imagem é uma ferramenta poderosa na promoção da saúde do adolescente (Bernardes et al., 2016), facilita a reflexão sobre a temática, influenciando a compreensão e interpretação dos jovens. Para Araújo (2014) as imagens podem influenciar a compreensão e interpretação dos leitores, construindo sentidos que podem ir além do que o autor originalmente pretendia.

A utilização de mídias digitais, para promover campanhas de conscientização e a prevenção do suicídio durante o Setembro Amarelo revela o potencial dessas plataformas como ferramentas de engajamento social e educação pública. A intersecção entre a utilização de mídias digitais para promover campanhas e as ideias expressas por Diniz (2023) ilustra a capacidade transformadora das mídias digitais na saúde mental e na prevenção do suicídio. Ao criar e disseminar cards informativos sobre saúde mental em redes sociais amplamente utilizadas a campanha conseguiu ultrapassar o ambiente escolar, atingindo um público diversificado.

## **Ação 3: Ornamentação do ambiente escolar**

O campus foi decorado com balões amarelos, cartazes com frases de impacto e um mural informativo sobre o tema. Mais do que decorar o espaço físico, a ornamentação transcende a mera estética, tornando-se um componente fundamental na construção de um espaço de aprendizagem significativo e transformador (Freire, 2011).

Através da ornamentação do ambiente escolar foi possível promover o diálogo sobre o suicídio e a busca por ajuda, cultivando uma cultura de prevenção e conscientização sobre a importância da saúde mental, confirmando Perkins (2001), que afirma que a ornamentação com elementos que estimulam o questionamento proporciona a análise e a argumentação.

#### **Ação 4: Panfletagem da cartilha: “Setembro Amarelo: Se precisar peça ajuda!”**

Em consonância com a divulgação dos cards foi realizada uma ação de conscientização sobre a prevenção do suicídio e a valorização da vida. A iniciativa consistiu na elaboração e distribuição da cartilha impressa de pequeno porte com conteúdo informativo elaborado pelos estagiários, laços amarelos e mensagens alusivas à campanha. Através da ação, buscou-se ampliar o alcance da campanha, combatendo o estigma e promovendo a busca por ajuda. Segundo Rocha, Galvão e Domingues (2019) a cartilha é um produto educacional e pode servir de suporte pedagógico eficaz para o ensino em saúde.

#### **Ação 5: Oficina “Não sofra em silêncio: falar é a melhor solução!”**

As oficinas foram realizadas com o objetivo de promover saúde mental e a prevenção do suicídio entre adolescentes. Por meio de discussões informativas, teoricamente embasadas, os adolescentes foram informados sobre os fatores de risco do suicídio, a importância de reconhecer sinais de alerta em si mesmo e em outros, e a necessidade de buscar apoio. Enfatizaram-se a construção de uma rede de apoio, estratégias preventivas e como ajudar de maneira eficaz quem enfrenta crises emocionais, além de informar sobre os recursos disponíveis na assistência.

Dessa forma, criou-se um espaço de diálogo aberto que desempenhou um papel relevante para identificar sinais de alerta precocemente e promover uma rede de suporte robusta. Também, buscou-se desmistificar os tabus associados à saúde mental, fomentando uma cultura de conscientização e aceitação, que permite às pessoas buscar ajuda sem medo de estigmatização (Petter, 2021).

Ao final foi realizada a dinâmica Âncora dos Sentimentos, onde o grupo criou “âncoras” para serem lidas em momentos de crise, mensagens escritas pelo grupo, motivando quem as leu, caso alguém estivesse desanimado poderia ir até a Âncora dos Sentimentos para renovar sua motivação e reunir forças para não desistir. Todos participaram, escrevendo frases, trechos de músicas, poemas, desenhos ou palavras que lhes trazia conforto em um momento de angústia. A iniciativa visou encorajar o diálogo aberto sobre sofrimento emocional e empoderar os adolescentes para a mudança positiva em suas comunidades.

A dinâmica representa uma metodologia empática, pois envolveu a criação coletiva de “âncoras” emocionais, destaca a importância de estratégias participativas no fortalecimento da resiliência individual e coletiva (Oliveira, 2021). Ao permitir que os participantes expressassem seus sentimentos e compartilhassem mensagens de esperança e apoio, a dinâmica facilitou a expressão emocional e promoveu a construção de uma rede de apoio, reiterando a mensagem que a pessoa não está sozinha em suas lutas (Pennebaker, 2000).

Nesse contexto, o ambiente escolar estimula a promoção de saúde mental quando utiliza estratégias acessíveis (Kutcher; Wei; Estanislau, 2014) como as oficinas com participação ativa dos estudantes. Além disso, alcança um dos princípios das escolas

promotoras de saúde - a participação ativa dos estudantes (Vieira et al., 2014). E a atividade expositiva é considerada uma das estratégias de ações de educação socioemocional eficazes (Tecla et al., 2014).

Considerando que a Psicologia Escolar utiliza estratégias coletivas de cuidado em saúde mental (Antunes, 2008), outro aspecto importante a ser destacado é o tipo de estratégia utilizada para a promoção de saúde mental, de forma coletiva, o que torna mais eficaz o suporte social (Polejack; Seidl, 2015).

Abordar saúde mental com estudantes é um desafio, as mudanças corporais, sociais e emocionais dessa fase podem ser intensas e, por vezes, desafiadoras, sendo importante a criação de espaços seguros e acolhedores. As escolas, ao promoverem debates sobre o tema e ao desenvolverem habilidades socioemocionais nos estudantes, criam um ambiente propício para a prevenção do suicídio, destacando-se a efetividade de programas de intervenção socioemocional na redução de comportamentos suicidas em adolescentes (Durlak et al., 2011; Hawkins; Catalano; Arthur, 2009).

Durante o desenvolvimento das ações os alunos demonstraram engajamento, desde a busca pelos cards informativos até a participação ativa na palestra e na dinâmica. O ambiente se manteve acolhedor e receptivo durante as atividades, evidenciando o sucesso da iniciativa, confirmando Mondardo, Piovesan e Mantovani (2009), que salientam que os comentários e as falas dos participantes servem como indicadores da efetividade das atividades realizadas.

Por fim, a etapa específica do estágio proporcionou oportunidade de explorar temas imprescindíveis para a saúde mental e o desenvolvimento integral dos adolescentes. Através da imersão no ambiente escolar, o estagiário tem a oportunidade de observar e colaborar ativamente nas atividades do profissional de psicologia e construir bases sólidas entre a teoria e a prática, aplicando os princípios e fundamentos da formação profissional conforme as DCNs, destacando a relevância do estágio no desenvolvimento dos profissionais (Conselho Federal de Psicologia, 2018; Ministério da Educação, 2004; Pereira; Monteiro, 2024).

## CONCLUSÃO

A escola assume um papel relevante na vida do adolescente, influenciando suas experiências e desenvolvimento. O exposto reflete a função da escola como espaço que promove a saúde mental, um compromisso educacional essencial para o desenvolvimento integral.

A execução das ações proporcionou a oportunidade de abordar questões como a prevenção do suicídio, desmistificando tabus e promovendo a busca por ajuda. Abrangeu outros contextos sociais, como o familiar e educacional do público-alvo, permitindo atingir aqueles que enfrentam dificuldades como problemas de adaptação e familiares.

As ações visam prevenir o adoecimento mental através de psicoeducação, campanhas de conscientização e estratégias de intervenções precoces. Assim, a pesquisa contribui para a reflexão crítica sobre o compromisso social e sobre o papel da prática profissional do psicólogo escolar, fortalecendo sua atuação e ampliando seus impactos na comunidade educacional. Ainda, os resultados fortalecem a argumentação em favor da inserção do psicólogo nas escolas da região amazônica.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, T. **Adolescência e saúde mental: Desafios para a escola e a família**. São Paulo: Editora Papyrus, 2017.

ANTUNES, M. A. M. **Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, v. 12, n. 2, p. 469-475, jul./dez.2008.

ARAÚJO, A. C. M. A. **Intertextualidade Imagética: Análise das Relações Imagético-Cognitivas Mantidas com Pietá de Michelângelo**. Littera Online, v. 5, n. 8, p. 1-21, 2014. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/2667/2932>. Acesso em: 12 out. 2018.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA. **O Reforço Necessário: número de psicólogos nas escolas não chega a 0,1% do total de alunos**. São Paulo, abr. 2023. Disponível em: <https://www.apm.org.br/o-que-diz-a-midia/o-reforco-necessario-numero-de-psicologos-nas-escolas-nao-chega-a-01-do-total-de-alunos/> Acesso em: 04 jun. 2024.

BATISTA, N. O.; ARAÚJO, J. R. C.; FIGUEIREDO, P. H. M. **Incidência e perfil epidemiológico de suicídios em crianças e adolescentes**. RevPan-AmazSaude, v. 7, n. 4, p. 61-66, out. 2016.

BERNARDES, M. M. R.; GOMES, A. M. T.; PORTO, F. R.; SANTOS, É. I. D.; KAMINITZ, S. H. C. **Análise imagética de fac-símile sobre a história da síndrome da imunodeficiência adquirida**. Rev. Rene, v. 17, n. 2, p. 183-190, mar-abr. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/2994/2310>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BILSEN, J. **Suicídio e Juventude: Fatores de Risco**. Frontiers in Psychiatry, v. 9, n. 540, 2018. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/psychiatry/articles/10.3389/fpsy.2018.00540>. Acesso em: 23 mai. 2024.

BRÁS, M.; JESUS, S.; CARMO, C. **Fatores Psicológicos de Risco e Protetores Associados Ideação Suicida em Adolescentes**. Psicologia, Saúde & Doenças, 17(2), 132-149, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/362/36248047003.pdf> . Acesso em: 23 mai. 2024.

CASSORLA, R. M. S. **Suicídio: Fatores inconscientes e aspectos socioculturais: Uma introdução**. Blucher, 2017.

BOTEGA, N.; SCAVACINI, K. **Guia para Pais e Educadores**. São Paulo, p. 30, 2023.

CICOGNA, J. I. R.; HILLESHEIM, D.; HALLAL, A. L. C. **Mortalidade por suicídio de adolescentes no Brasil: tendência temporal de crescimento entre 2000 e 2015**. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 68, n. 1, p. 1-7, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000345>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de psicologia. Brasília, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/07/RELAT%C3%93RIO-FINAL-REVIS%C3%83O-DAS-DIRETRIZES-CURRICULARES-NACIONAIS-PARA-OS-CURSOS-DE-GRADUA%C3%87%C3%83O-EM-PSICOLOGIA.pdf>. Acesso em 10 de dez. 2023.

COSTA, M. Suicídio na Infância e na Adolescência: Um Desafio para a Prevenção. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF, p. 7, col. 1, 12 dez. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024.** Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Brasília, DF, n. 14, p. 4, 17 jan. 2024.

DIAS, A. C. G.; PATIAS, N. D.; ABAID, J. L. W. **Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 18, n. 1, p. 105-111, jan. 2014.

DINIZ, G. C. **O Impacto das Mídias Sociais na Saúde Mental: Desafios e Perspectivas.** Revista Multidisciplinar do Nordeste, v. 9, p. 2178-6925, out. 2023.

DURLAK, J. A.; WEISSBERG, R. P.; DYMNIKI, A. B.; TAYLOR, R. D. **The impact of enhancing students' social and emotional learning skills on their academic and cognitive development.** Child Development, v. 82, n. 1, p. 405-432, jan./fev. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HAWKINS, J. D.; CATALANO, R. F.; ARTHUR, M. W. **Promoting positive youth development through school-based prevention programs.** The Future of Children, v. 19, n. 1, p. 137-164, 2009.

KUTCHER, S.; WEI, Y.; ESTANISLAU, G. M. In: QA, G. M.; BRESSAN, R. A. (Org.). **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber.** Porto Alegre: Artmed, Cap. 5. p. 63-70, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia.** Brasília: MEC, p. 131, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1314.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria GM/MS Nº 2.526, de 19 de setembro de 2015.** Institui a campanha Setembro Amarelo, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da prevenção do suicídio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 116.21 set. 2015.

MONDARDO, A. H.; Piovesan, L.; Mantovani P. C. **A percepção do paciente quanto ao processo de mudança psicoterápica.** Aletheia núm. 30, p.158-171, jul./dez. 2009.

MOURA, M. C. D., & COSTA, M. C. F. **Promoção da saúde mental na escola: Um estudo com professores do ensino fundamental.** Revista Brasileira de Educação e Saúde, 2019. 10(1), 11-22.

OLIVEIRA, D. M. 3 **Dinâmicas Rápidas com Post-It**. Papo da Professora Denise, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://www.papodaprofessoradenise.com.br/3-dinamicas-para-trabalhar-afetividade-com-post-it/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Saúde mental na escola: guia para profissionais da educação**. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Saúde mental: um estado de bem-estar**. 2005. Disponível em: [https://www.who.int/mental\\_health/en/](https://www.who.int/mental_health/en/). Acesso em: 10 de dez. de 2023.

OPAS-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Suicide worldwide in 2019: Global Health Estimates 2019**. Washington, D.C.: OPAS. 2019. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/341728/9789240026643-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 de mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Saúde Mental dos Adolescentes e Jovens: Um Desafio para o Século XXI**. Washington, D.C.: OPAS, p. 144, 2013. (Série Temas de Saúde Mental, 3). Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

PENNEBAKER, J. W. **Openingup: The healingpowerofexpressingemotions**. New York: Guilford Press, 2000.

PERKINS, D. A. **Arte do Pensamento Crítico: um guia prático para tomar melhores decisões**. São Paulo: Editora Manole, 2001.

PEREIRA, D. E. S.; MONTEIRO, P. D. S. **Promoção de saúde mental em uma escola pública do sudeste paraense: relato de experiência**. Revista Contribuciones a lasCiencias Sociales, v. 17, n. 2, p. 01-12, fev. 2024.

PETTER, A. (Org.). **Atualizações em Suicidologia: Narrativas, Pesquisas e Experiências**. São Paulo: Instituto Vita Alere, p. 92-99, 2021.

POLEJACK, L.; SEIDL, E. M. F. **Oficinas baseadas em metodologias participativas. In Prevenção e promoção em saúde mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.

ROCHA, S. L.; GALVÃO, E. F. C.; DOMINGUES, R. J. S. **Produto educacional: guia de produtos educacionais em ensino em saúde**. Belém: Editora UEMA, p. 144, 2019.

SILVA, E. L.; MERLO, T. G. **Psicologia escolar: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUSA, M. P. R.; FACCI, M. G. D.; SILVA, S. M. C. **EDITORIAL 22.1 - Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia**. PsicolEscEduc, 22(1), 13–16, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201801001>. Acesso em: 20 mar. 2024.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

TECLA, C. et al. **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber**. Porto Alegre: Artmed, Cap. 4. p. 49-62, 2014.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT). **Setembro Amarelo - Mês da Prevenção do Suicídio**. Brasília: TJDFT, 2019. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/programas-projetos-e-aco-es/pro-vida/dicas-de-saude/pilulas-de-saude/setembro-amarelo-mes-da-prevencao-do-suicidio>. Acesso em: 14 mai. 2024.

VIANA, M. N. **Interfaces entre a Psicologia e a Educação: Reflexões sobre a atuação em Psicologia Escolar. Psicologia Escolar: que fazer é esse?**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. cap. 3, p. 54-73, 2016.

VIEIRA, M. L. et al. **A escola como promotora de saúde mental: um estudo com adolescentes. Psicologia: Teoria e Prática**. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 173-188, maio/ago. 2014.

# ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO PARA PESSOAS SURDAS

---

*Data de aceite: 01/08/2024*

### **Amanda Dutra de Carvalho**

Acadêmica do 4º Ano do Curso de Graduação em Psicologia das Faculdades Integradas de Fernandópolis – FIFE-FEF, Fernandópolis-SP

### **Jeane Emanoele Nossa Bocalon**

Acadêmica do 4º Ano do Curso de Graduação em Psicologia das Faculdades Integradas de Fernandópolis – FIFE-FEF, Fernandópolis-SP

### **Lourrane Batista Rodrigues**

Acadêmica do 4º Ano do Curso de Graduação em Psicologia das Faculdades Integradas de Fernandópolis – FIFE-FEF, Fernandópolis-SP

### **Mariana Brunca de Oliveira**

Acadêmica do 4º Ano do Curso de Graduação em Psicologia das Faculdades Integradas de Fernandópolis – FIFE-FEF, Fernandópolis-SP

### **Eduardo Hideto Kawahara Filho**

Psicólogo, Professor do Curso de Graduação em Psicologia das Faculdades Integradas de Fernandópolis – FIFE-FEF, Fernandópolis-SP

**RESUMO:** O referente estudo trata-se de uma pesquisa de campo com o objetivo de verificar se há atendimento de psicoterapia para pessoas surdas e como é realizado esse atendimento, tanto quanto abordar os direitos humanos à saúde de qualidade, acessibilidade e a importância do tratamento psicoterápico para as pessoas com a específica deficiência (surdez). Como instrumento de pesquisa, foi realizado um questionário e entrevistas para a obtenção de informações a respeito do tema proposto, tendo como participantes nove psicólogos da cidade de Fernandópolis, que atuam no contexto de psicoterapia. Tal pesquisa, foi analisada, complementada e fundamentada por meio de um levantamento bibliográfico acerca do assunto discutido.

**PALAVRAS-CHAVE:** psicoterapia; pessoas surdas; saúde; inclusão; subjetividade; direitos.

## PSYCHOTHERAPEUTIC CARE FOR DEAF PEOPLE

**ABSTRACT:** The referring study is a field research with the objective of verifying whether there is psychotherapy care for deaf people and how this care is provided, as much as addressing human rights, quality healthcare, accessibility, and the importance of psychotherapy treatment for people with the specific disability (deafness). As a research instrument, a questionnaire and interviews were carried out to obtain information regarding the proposed subject, having as participants nine psychologists from the city of Fernandópolis, who act in the context of psychotherapy. This search was analyzed, complemented and substantiated through a bibliographical survey on the topic discussed.

**KEYWORDS:** psychotherapy; deaf people; health; inclusion; subjectivity; rights.

### INTRODUÇÃO

O Brasil tem, em sua constituição populacional, 23,9% de pessoas declaradas possuidoras de dificuldades funcionais para a realização de atividades diárias e, segundo a legislação brasileira, a deficiência está no ser que tem “algum impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” com o meio que interage, e neste meio, pode haver muitas barreiras que restrinjam a participação fluida da pessoa com deficiência na sociedade (De Castro *et al.*, 2021, p. 3).

Por séculos e, que se reflete de forma considerada nos tempos atuais apesar das melhorias através de leis de inclusão, a pessoa com deficiência sofre segregação social pois não são vistas como sujeitos de direito, o que contribui para sua invisibilidade e marginalização (De Farias; Soares Júnior, 2020).

Um grupo que atualmente constitui 5% da população brasileira, segundo dados levantados pelo IBGE em 2022, por muitos anos viveu nas sombras da sociedade, buscou e continua a buscar o reconhecimento social mediante lutas que perduram desde 1855 com a criação do Instituto de Surdo-Mudo por D. Pedro II no Rio de Janeiro, hoje denominado como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) de acordo com Gonzales e Fonseca da Silva (2020) e teve seu marco em 1987 com a fundação da Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo (FENEIS) legitimando o empoderamento da identidade surda e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Andrade Junior; De Souza; Da Silva, 2019, p. 10).

De acordo com o Decreto nº 5.626 de dezembro de 2005 uma pessoa é considerada surda quando há perda auditiva e interage em seu meio manifestando sua cultura por meio da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras). Esse decreto regulamenta a Lei nº 10.436 de abril de 2002 que reconhece a Libras como uma língua de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria. Visto que a subjetividade de um indivíduo é mediada pela apropriação de uma língua, oral ou de sinais e a interação com o meio em que vive (Ferreira Junior; Bezerra; Alves, 2021).

O grau de deficiência auditiva e surdez é classificado em: deficiência auditiva leve, a pessoa adquire a linguagem espontaneamente e a audição é próxima à normal; deficiência auditiva moderada, a pessoa tem dificuldades na fala por não captar todos os sons de maneira clara e tem dificuldades na leitura e escrita; surdez severa, a pessoa terá dificuldades em aprender a fala e linguagem espontaneamente, exige uso de amplificador e acompanhamento especializado; e surdez profunda, a pessoa dificilmente desenvolverá a linguagem oral espontaneamente, necessitando de amplificador e acompanhamento especializado (De Araújo Nascimento; Seixas, 2021).

Na visão socioantropológica, a surdez é vista como uma diferença cultural e linguística que será defendida a concepção do surdo como sujeito que desenvolve a sua atividade simbólica, mediado pela Língua de Sinais (De Abreu, 2020, p. 716).

De acordo com a visão clínica terapêutica, há uma precariedade no atendimento ao surdo, principalmente na rede de atenção privada, pois, a falta de comunicação direta com o psicólogo dificulta a identificação da demanda e o desenvolvimento de um diagnóstico (De Aguiar *et al.*, 2021).

A psicologia estuda o ser humano com seu foco na subjetividade, porém, nem todos os psicólogos estão aptos a atender um paciente surdo, não cumprindo com eficácia o código de ética e juramento de promover saúde mental a toda humanidade que busque seus cuidados (Jorge; Pizato; Rodrigues, 2022, p. 188).

A Portaria nº 2.073 de setembro de 2004 garante o atendimento de pessoas surdas no Brasil levando em consideração os princípios de universalidade, equidade e integralidade, porém, a ausência de comunicação efetiva entre o profissional e o paciente, a necessidade de intermediador/intérprete e o despreparo do profissional faz com que essa lei não seja cumprida com êxito (Bernardo *et al.*, 2021, p. 2).

É dever do psicólogo defender a inclusão social e promovê-la, além disso, a sociedade deve estar preparada para receber todos os indivíduos e oferecer condições para o desenvolvimento individual e coletivo do mesmo, sendo a psicologia extremamente importante neste processo. Na psicoterapia, o psicólogo tem como objetivo acolher o sofrimento e auxiliar questões de conflitos internos da pessoa surda realizando adequações no ambiente para um atendimento humanizado, porém utilizar uma psicologia específica para surdos acarretaria estereótipos reforçando a deficiência e a exclusão dos mesmos do processo de comunicação e isso acabaria focando na disfunção do paciente. Sendo assim, é dever do psicólogo trabalhar de maneira integrada a inclusão de seu paciente surdo nas dimensões biopsicossociais, o atendimento deve ser leve para fluir de maneira natural e assim o atendimento acontecerá de forma adequada alcançando o paciente satisfatoriamente (Pereira; Araújo; De Almeida Silva, 2021).

O psicólogo deve compreender o surdo como um ser que contém questões subjetivas e demandas psicológicas, sendo de suma importância que o profissional tenha formação em Libras para que se realize uma comunicação efetiva. Vale ressaltar que a utilização de

um intérprete pode influenciar de forma negativa no vínculo entre o paciente e terapeuta além de ameaçar o sigilo terapêutico (Tavares, 2020).

A comunicação é um dos principais desafios para os psicólogos se tratando do atendimento de pessoas surdas. Nessa questão, a disciplina de Libras deve ser matéria obrigatória nas instituições de ensino, possibilitando a qualificação do profissional para que o mesmo consiga oferecer uma escuta qualificada e acessível para a pessoa surda, promovendo com maior eficácia cuidados psicológicos a esta comunidade (Costa, 2022).

Visando a importância da acessibilidade para pessoas surdas, o trabalho tem como objetivo compreender a inclusão de pessoas com deficiência auditiva em psicoterapia na cidade de Fernandópolis, entender a formação do psicólogo clínico para a realização do atendimento de pessoas surdas, verificar a quantidade de pessoas surdas atendidas na psicoterapia clínica e analisar a visão do psicólogo sobre as deficiências, e considerando que olhar para este público e suas limitações é de significativa relevância para que seja possível mais estudos e aperfeiçoamento no atendimento psicoterapêutico dessa população.

## MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

O presente trabalho trata-se de um estudo na área de Processos e Práticas Psicossociais: Direitos Humanos, Desigualdades e Política, para um Trabalho de Conclusão de Graduação de Psicologia da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF). A metodologia utilizada foi de caráter qualitativa, exploratória, utilizando como instrumento para a coleta de dados, uma pesquisa de campo realizada por meio de um questionário desenvolvido pelas pesquisadoras e uma entrevista com finalidade de complementar o mesmo. Ambos aplicados aos profissionais de psicologia atuantes na cidade de Fernandópolis-SP, com o objetivo principal de investigar se há atendimento de psicoterapia para pessoas surdas no município. Para a análise e complementação das informações referentes ao trabalho, foi realizado um levantamento bibliográfico.

A pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de obter informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. [...] Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los (Lakatos, 2003, p. 186).

Um questionário é composto por um conjunto de perguntas de forma alternativa, ou até mesmo dissertativa, com questões abertas, que têm como finalidade coletar dados e obter informações. Existem diversos estilos de questionários, cada um, utilizado de acordo com as necessidades e objetivos da pesquisa. A forma mais tradicional de um questionário, são os questionários impressos, porém, de acordo com algumas pesquisas, a internet que

inicialmente era destinada a divulgação de informações na área acadêmica, após alguns anos, com a evolução das tecnologias, tem se tornado cada vez mais presente na vida da maioria dos brasileiros (Decarli, 2018, p. 152), e em concordância a isto, foram aplicados questionários de forma presencial e virtual.

A entrevista por sua vez, é um encontro entre pessoas, em que são feitas perguntas para que se obtenha informações a respeito de determinado assunto, é aplicada de forma verbal e permite que se obtenha informações adicionais que o entrevistado trouxer durante o processo da entrevista, além de promover maior flexibilidade, dando oportunidades de serem feitos esclarecimentos sobre as perguntas e uma reformulação delas para uma melhor compreensão do entrevistado, possibilitando assim, uma análise de caráter qualitativo.

## DISCUSSÃO E RESULTADOS

Buscando compreender a análise, de modo exploratório a sua aplicabilidade, promoveu-se a aplicação de questionários inerentes ao tema proposto, e em conjunto realizou-se entrevistas junto aos colaboradores da pesquisa; possibilitando a posterior análise dos dados coletados e correlacionando-os a pesquisas anteriormente realizadas estabeleceu-se um comparativo analítico experiencial para o suporte elaborativo de discussão sobre o tema elucidado.

### Das deficiências em geral

Analisando-os obtém-se a perspectiva de que seis participantes entre nove já atenderam pessoas com deficiências comparando a três que nunca realizaram tal atendimento, levando em consideração o proposto, visualizamos uma curva ascendente em relação ao atendimento com pessoas com deficiência em geral, estabelecendo um padrão correlacional de historicidade e atribuição da lei vigente, destacando, de acordo com Pereira *et al.* (2021), a importância da compreensão das fases históricas do processo de exclusão, segregação e posteriormente a inclusão.

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Lei nº 13.146/2015, Art. 1º).

Garantindo a legalidade ao acesso e permanência da pessoa com deficiência, a não autenticação dos direitos precedentes incluídos na lei vigente direciona a sociedade ao processo anteriormente citado, segregação e exclusão; impactando diretamente na vigência estatutária e biopsicossocial da pessoa com deficiência.

Em razão ao atendimento a pessoas deficientes, os participantes da pesquisa que realizaram o atendimento citado, no caso das deficiências físicas, há especificidades em algumas demandas, porém o método de tratamento psicoterapêutico não diverge de pessoas que não apresentam tal deficiência.

Permeiam-se ao atendimento a pessoas com deficiência a estruturação do sujeito a priori à busca terapêutica, seu desenvolvimento biopsicossocial e o estabelecimento das dificuldades estruturais vivenciais, que são refletidas no seu modo de viver e ver a sociedade à sua volta, dificultando a participação plena e efetiva como membro social. Integrando-os como indivíduos a uma sociedade que estabelece barreiras para autonomia, corroboram a efetivação do seu entendimento como indivíduo integrado ao meio, convergindo a sua composição biopsíquica.

A modelação da individuação parte do processo do desenvolvimento da personalidade, que ocorrerá em processo integrativo citado. Rodrigues (2009 p. 8) citando a teoria de individuação de Jung elabora o conceito de *ser continuum*, onde “A conexão com o self é guiado ao contínuo entendimento sobre si e sobre seu cerceamento”, assim cabe ao ego integrar-se à experiência vivencial, confluindo a simbolização psíquica. Severo *et al.* (2021) pontuam que, as pessoas com deficiências devem ser vistas além de suas limitações, elaborando-as como sujeitos com participação ativa estruturalmente social; podendo assim, sofrer o sujeito de qualquer angústia humana, não somente aquelas referentes à sua deficiência, não mais limitando o processo disposto elucidado em conformação do estabelecido socialmente; relacionando a integração das pessoas com deficiência à sociedade normativa.

Seguindo o procedimento estabelecido, cinco dos nove participantes atendem atualmente pessoas com deficiência, e como processo executório, quatro não realizam este tipo de atendimento atualmente. Delimitando o questionamento ao atendimento específico para pessoas com deficiência, comparativamente à primeira questão analisada, nota-se o declínio da frequência aos atendimentos específicos a pessoas com deficiência correlacionando o contexto cultural e social ao qual insere-se os participantes da pesquisa.

Para Severo *et al.* (2021) concerne ao terapeuta, conscientemente identificar as barreiras institucionais inseridas à sua profissão e à sociedade em geral, ratificando a compreensão da autonomia da pessoa com deficiência a partir do seu contexto de vivência, favorecendo o vínculo terapêutico e sua relação com o processo terapêutico em si e paralelamente à sociedade.

## A deficiência específica: O surdo

O questionamento referente às questões três e quatro alude ao conhecimento do surdo, sua subjetividade, sua formação como indivíduo e de sua cultura. Concernente ao vivenciado por ele sendo um padrão minoritário, estabelece-se a prerrogativa, da sua vivência social e cultural, convergindo os entrepostos à sua individualidade e subjetividade concernentes ao self desenvolvido; individualmente já citado e grupalmente estabelecidos como padrões de vivências.

Segundo Barroso (2013 *apud* Pereira; Araújo; De Almeida Silva, 2021, p. 4), o ser humano diferencia-se em sua individualidade e limitações que apresentam; a dificuldade de comunicação apresenta-se de forma evidente em sujeitos surdos, e essa falha comunicacional pode colaborar a dificuldade ao processo de subjetivação. Solé (2005 *apud* Neves, 2018, p. 21) identifica que o ato de não ouvir problematiza a constituição do sujeito, referenciando ao processo de subjetivação estabelecido, pois o sujeito surdo, diferentemente do não surdo, dependerá de suportes secundários para a realização do acesso a informações originariamente sonoras.

Estabelecido pela psicanálise o conceito de ego, e sua estruturação, constituinte de diversos caminhos, sua gênese compõe a audição primariamente estabelecida à percepção da voz materna; contudo, o bebe surdo é privado desse processo de simbolização e estruturação do ego (Solé, 2005 *apud* Neves, 2018, p. 21); ele posteriormente será responsável pela regulação social e estabelecimento de comunicação.

Historicamente, os surdos desenvolveram-se à marginalidade do progresso em expansão, Honora e Frizanco (2009 *apud* Neves, 2018, p. 25) relatam que desde os tempos antigos, os gregos e romanos não toleravam o sujeito surdo, por não o reconhecerem como sujeito, em suas percepções arcaicas. O surdo não desenvolverá a capacidade de pensar, pois em suas crenças, a fala era um meio de interlúdio entre ambos; paralelamente, no ocidente já era idealizado educadores de surdos, surgimento concomitante para o estabelecimento da não relação causal do ouvir com o pensar intrinsecamente, como idealizavam os antigos gregos e romanos. No Brasil, data-se ao período do Segundo Império o encetamento do trabalho com surdos junto à criação da Língua Brasileira de Sinais, entretanto esta metodologia foi substituída posteriormente pela promulgação impositória do oralismo puro, referidos ao Segundo congresso internacional de surdos-mudos de Milão; retrocedendo a metodologia anteriormente pautada. Somente em 1970 o bilinguismo foi considerado como metodologia possível de ser adotada como princípio pedagógico.

O processo de compreender a pessoa surda como um sujeito autônomo e potencialmente capaz, com condições de desenvolvimento biopsicossocial é minimamente aceito e pensado com pouca frequência a integração dos indivíduos à sociedade que ofereça padrões de vivência com a prerrogativa de direitos para todos, incluindo meios de acesso desde a mobilidade estrutural organizacional e atendimentos possíveis para os mesmos, convergindo a psicoterapia como conceito acessível para a integralidade da subjetividade do indivíduo surdo.

Para Winnicott (1975 *apud* Neves, 2018, p. 26), um adulto disponível aos cuidados da criança, gera nela confiança, posteriormente auxiliando no processo de afastamento saudável do cuidador inicial e à independência progressiva da criança; nesse contexto, quando há uma barreira psicológica estabelecida, o processo estagna-se, não havendo afastamento da figura primária e nem a inicialização da independência da criança.

A surdez não é visível, e por isso denota-se mal compreendida aos ouvintes, sendo ela acompanhada de peculiaridades no desenvolvimento psíquico e social do indivíduo.

## **Da formação do psicólogo e a possibilidade ao atendimento à pessoa surda**

Dentre os profissionais participantes da pesquisa, oito deles descreveram que o processo acadêmico vigente dos discentes das universidades não oferecem aparato necessário para a formação em Libras e um posterior atendimento para pessoas surdas, inacessibilizando o processo para o público citado. Um dos participantes citou que toda grade curricular universitária oferece o material necessário para dar suporte à aprendizagem do aluno neste processo; entretanto, o participante analisa a integração do processo didático oferecido e posteriormente intercambiado ao aprendizado do discente; analisando em encarte culpabilizatório o discente universitário em relação ao aporte oferecido e seu interesse em relação a ele.

Entretanto, em muitas universidades a disciplina é instruída de forma online aos discentes ou dada a escolha optativa para a integração da grade curricular, elucubrando o questionamento sobre o processo universitário para a inserção do material exigido, e posteriormente sua atuação em meio à sociedade.

A partir da década de 1960, segundo Guarinello (2013 *apud* Rampazzo, 2022, p. 6) passou-se a adotar a língua de sinais como a língua natural do surdo, e a língua falada no país passou a integrar a segunda língua, estabelecendo o princípio do bilinguismo. Em 1990 ocorreu a alteração do modelo de aprendizagem oralista para o composto bilinguismo, instruído hoje como método a ser adotado.

A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional (Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436).

Guarinello (2013 *apud* Rampazzo, 2022, p.10) pontua que a inserção da disciplina optativa ou obrigatória nas universidades leva a um contato mínimo com a Libras, podendo despertar o interesse e curiosidade para o amplo conhecimento necessário acerca do tema. Entretanto, define que o cumprimento do decreto exija apenas a inserção da matéria e não a regulamentação em período a ser atribuído ou carga disciplinar constituinte, assim como a natureza da disciplina, teórico ou prática, não havendo assim definição dos critérios mínimos de ensino para uma formação de qualidade.

Dando seqüência, sete dos nove participantes compreendem que não obtiveram a formação necessária para um posterior atendimento ao público surdo, não havendo condições para tal realização; um dos participantes elaborou que em algum aspecto sim, recebeu uma formação necessária para o atendimento, outro participante citou que buscou conhecer o público, realizando trabalhos acadêmicos e direcionando experientialmente o conhecimento dos colegas de sala, apresentando uma surda intérprete na universidade que realizava sua graduação; reproduzindo materiais para conscientização e salientando o processo dinâmico acadêmico estabelecido.

Diante do disposto citado, sete participantes não sentem-se aptos para a realização desse tipo de atendimento, um dos participantes não desenvolveu a elaboração da resposta, mas sente-se apto para um possível atendimento; um dos participantes realiza esse tipo de atendimento, pois é especializado para tal.

Para Pereira, Araújo e de Almeida Silva (2021), a psicoterapia com surdos, exige do profissional uma especialização para sua realização, circundados de complexidades, pois a maioria dos profissionais não a possui. Outro fator inerente ao atendimento especializado é a compreensão da linguagem surda, pois muitos profissionais esboçam dificuldades na aprendizagem de Libras convergindo no não interesse ao conhecimento das diferenças culturais, linguísticas e corporais, integracionais ao sistema de manejo para o atendimento, elaborando o entendimento das diferenças sem pautar-se na deficiência, acarretando em problemas comunicacionais.

Socialmente estipulados como minorias, os surdos são ensinados a pensar em português, mas eles formulam o seu pensamento através do manejo visual divergindo da língua portuguesa ensinada, na qual o processo de aprendizagem é embasado na comunicação oral, sendo que a língua de sinais tem a sua gênese no parâmetro visuo-espacial.

## **Do atendimento psicoterápico do surdo**

De acordo com os dados coletados em pesquisa, oito participantes não atendem pessoas surdas, apenas um dos participantes realiza este atendimento, e o mesmo buscou especializar-se no atendimento psicoterapêutico para surdos, sendo que este participante realizou atendimento psicoterapêutico à pessoa surda em âmbito clínico particular e pelo Sistema Único de Saúde (SUS); atendimento prioritário ofertado à população sem custo financeiro integrativo.

As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor (Lei nº 10.436/2002- Art. 3º).

De acordo com o expressado, a pesquisa denota uma defasagem ao atendimento psicoterápico ao público surdo, embasando aos resultados coletados da questão seguinte, onde, o mesmo número de participantes não realiza atendimento especializado ao público, apenas um deles busca realizar o atendimento psicoterapêutico ao indivíduo surdo, denotando uma incorporação intrínseca da sociedade normativa ao atendimento clínico psicológico, salientando uma padronização que coloca a margem o atendimento especializado a uma minoria culturalmente excluída, não havendo visibilidade para sua individuação com sujeito pensando e vivente, sendo excludentes a eles o processo de compreensão de si; os sujeitos surdos aprenderam a conviver com a invisibilidade social, acrescidos a sombra das minorias, á eles não detiveram espaçamento para a análise do ser ou compreensão total do estar.

Questões sete e oito versam sobre o conhecimento dos participantes da pesquisa sobre a possibilidade do atendimento ao surdo, se o mesmo realiza o atendimento especializado, quais são seus meios para atuação; onde apenas um participante respondeu, o mesmo executa tal atividade, embasado na teoria cognitivo comportamental, realiza o atendimento compactuando ao modelo exercido aos outros pacientes; como processo de comunicação, utiliza de Libras para sua execução, buscando a interpretação e análise comportamental dos pacientes em atendimento. “Comunicação é um processo de inclusão” (Cruz e Lopez 2007 *apud* Pereira; Araújo; De Almeida Silva, 2021, p. 3), para que estabeleça-se esse processo de forma integral o indivíduo deve estar imbuído socialmente e culturalmente, não havendo este elaborativo, o indivíduo isola-se em processo excludente social. Frassetto (2015 *apud* Pereira; Araújo; De Almeida Silva, 2021, p. 3), expressa que é fundamental propiciar atendimento na primeira língua do indivíduo surdo, utilizando com instrumento de desenvolvimento dos aspectos cognitivos do indivíduo. A comunidade dos psicoterapeutas apresentados como participantes neste trabalho aludem a realização do atendimento a pessoas surdas; três deles elaboraram que há a possibilidade deste atendimento, para isso, os profissionais devem ser habilitados em Libras, exercendo o estipulado; outros quatro acreditam ser possível realizar o atendimento psicoterapêutico com o auxílio da tecnologia e aplicativos de comunicação de Libras, e uma das integrantes da pesquisa citou o amparo de um intérprete de Libras acompanhando as sessões terapêuticas, exigindo um contrato de confidencialidade para tal tarefa.

De acordo com o psicoterapeuta participante da pesquisa que realiza atendimento específico para surdo, a comunicação representante, Libras, é diferente do estipulado pelos ouvintes. Deve-se levar em consideração a deficiência auditiva que permeia o indivíduo, se perda total ou parcial da audição, se o mesmo nasceu surdo ou não, ou ainda, se utiliza de aparelho auditivo; todas elas acrescidas ao fato de que a tradução e a interpretação de Libras são distintas. A tradução visa explicitar de forma total o que está sendo dito de maneira verbal ou escrita, da língua portuguesa para o indivíduo surdo, em Libras, entretanto, assim como em outras línguas pautadas na oralidade há a inexistência

de alguns termos, ou a incompreensão de outro, tornando a tradução um meio prerrogativo de entendimento entre as partes, corroborando para um desajuste comunicativo. A interpretação de outra maneira, condiz a análise do falar e posteriormente interpretá-lo de maneira visuo-espacial para a completa compreensão do que foi dito ao surdo, sem que haja ruídos na comunicação; assim a mensagem é entregue de maneira completa, diminuindo a falha integral na comunicação. Lacerda (2017 *apud* Gomes e Valadão, 2020, p. 608) não aconselha a utilização bifurcada do intérprete e tradutor; a tradução e a interpretação são meios indissociáveis para o completo estabelecimento comunicativo.

Utilizando da fala citada, estabelece-se a análise do uso de tecnologias e aplicativos para a sessão terapêutica, utilizando os mesmos como meios de interlocução ao processo de compreensão comunicativa. Relacionando a dupla terapêutica inferida primariamente nos escritos de Freud, em sua obra *A questão da análise leiga* (1926), intitula-se a não permissão de uma terceira presença no setting terapêutico; podendo ocasionar rupturas na dinâmica da relação estabelecida entre a dupla terapêutica (Neves, 2018); neste caso, quando o princípio é de estabelecimento, o uso de aplicativos como interlocução para a dupla compactua a um terceiro membro relacional, dificultando o estabelecimento de vínculo buscado pela dupla terapêutica.

Integrando ao questionamento estabelecido posteriormente, em que há a busca por respostas sobre a existência de um intérprete nas sessões, quatro dos profissionais entrevistados acreditam ser possível o atendimento ao surdo com o auxílio de um intérprete, fundamentalmente estabelecidos os termos, contratualmente assinados, de sigilo e confidencialidade; três dos participantes integram expondo que um terceiro sujeito no setting terapêutico impossibilitaria uma relação dinâmica entre paciente/analista, e outros dois citam que um terceiro membro existente, mesmo que em posição de intérprete infringe as regras citadas pelo Conselho de ética do psicólogo relacionados ao sigilo.

É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenham acesso no exercício profissional (Código de Ética Profissional da/o Psicólogo/a, Brasília, 2005, art. 9, p. 17).

Para Souza (2013 *apud* Pereira; Araújo; De Almeida Silva, 2021, p. 7) o psicólogo trabalha em razão a questões referentes à subjetividade do indivíduo, estabelecendo um contato direto com o paciente, buscando estruturar um vínculo terapêutico para que ambos possam trabalhar de maneira assídua e confortavelmente questões relacionadas à saúde mental do paciente, com a presença de um mediador. Há um desconfortopreeestabelecido, dificultando o vínculo terapêutico, podendo ainda emergir prejuízos, como inseguranças, retraimentos, e sensação de inferioridade perante o intérprete situado.

Entre os participantes da pesquisa, apenas um conhece profissionais que realizam atendimento ao público surdo.

Utilizando-se dos questionamentos estabelecidos na pesquisa, citou-se a busca por compreensão da cultura surda e o estabelecimento de suporte por meios municipais para a facilitação do atendimento psicoterápico ao público alvo, elaborando um caminho de aparato em que toda a sociedade estabelece-se como um intermédio entre a compreensão da cultura surda inserida e a comunicação normativa à inserção ao grupo minoritário. Segundo Pereira *et al.* (2021), as fases históricas que transpassam a inclusão, desaguam em três processos: exclusão, segregação e a inclusão propriamente dita, englobando, necessariamente as barreiras impostas e o seu rompimento em função da inclusão, impactando diretamente na vivência biopsicossocial da pessoa com deficiência. Necessariamente, a busca por compreensão da cultura surda é o acesso à integralidade legalmente estabelecida.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por finalidade averiguar se há e a maneira que ocorre o atendimento psicoterapêutico para pessoas surdas no contexto clínico na cidade de Fernandópolis - São Paulo.

Portanto, foi executável compreender a formação do psicólogo clínico para a realização do atendimento de indivíduos surdos e analisar a visão deste profissional sobre as deficiências através da aplicação do questionário e das entrevistas. Estes mostraram que a maioria dos participantes relatou que o processo acadêmico atual não proporciona os recursos necessários para a formação em Língua brasileira de sinais (Libras) e para um subsequente atendimento às pessoas surdas, tornando o processo inacessível para o público mencionado. Em relação ao atendimento a pessoas com outras deficiências, os participantes da pesquisa que realizaram o citado, enfatizaram que no caso das físicas, o método de tratamento psicoterapêutico não diverge de indivíduos que não apresentam tal deficiência.

O acesso aos profissionais foi dificultoso por não haverem os números de telefone de todos os atuantes dessa área do município em nenhuma plataforma digital, tendo sido então feitas diversas buscas que resultaram em apenas poucos dados, desta forma a pesquisa foi realizada com uma amostra pequena. Torna-se relevante destacar que mesmo os terapeutas que foram possíveis entrar em contato, na maioria das vezes eles nem responderam à solicitação para participarem. Por conseguinte, houve dificuldade na adesão. Dessa forma, também não foi realizável a obtenção do número de pacientes surdos atendidos.

É de grande importância ressaltar que um dos obstáculos encontrado foi a dificuldade em localizar referências bibliográficas, visto que não há muitos estudos sobre o tema, ou seja, ele infelizmente é pouco explorado, o que contribui para ser excepcional conseguir informações a respeito. Reforçando a exclusão dessa minoria, não havendo visibilidade

para sua individualização como sujeito pensante e vivente, sendo excludentes a eles o processo de compreensão de si. Dessa forma, os sujeitos surdos aprenderam a conviver com a invisibilidade social, acrescidos à sombra das minorias, à eles não detiveram espaçamento para a análise do ser ou compreensão total do estar.

Em suma, foi verificado que é essencial o investimento em mais pesquisas sobre o tema, que os psicólogos tenham mais interesse e que as universidades disponibilizem uma matéria na grade curricular que de fato proporcione capacitação e permita que os formados em Psicologia sintam-se seguros para atuarem com Libras, que atualmente é a única forma cabível para o atendimento de uma pessoa surda no contexto psicoterapêutico clínico. Afinal, executar psicoterapia com surdos exige especialização por parte do profissional, porque é cercada de complexidade, incluindo a compreensão da linguagem do surdo, aprender Libras, conhecer as diferenças culturais, linguísticas e corporais.

## REFERÊNCIAS

Andrade Junior, J.; de Souza, L.; da Silva, N. **Metodologias ativas**: práticas pedagógicas na contemporaneidade. Campo Grande: Editora Inovar, 203p. 2019.

Bernardo, Lucas Andreolli; Tholl, Adriana Dutra; Nitschke, Rosane Gonçalves; Viegas, Selma Maria da Fonseca; Schoeller, Soraia Dornelles; Bellaguarda, Maria Lígia dos Reis; Tafner, Daniela Priscila Oliveira do Vale. **Potências e limites no cotidiano da formação acadêmica no cuidado à saúde da pessoa surda**. Escola Anna Nery, v. 25, 2021.

Brasil. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 10 jun. 2024.

Brasil. **Lei nº 10.436/2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 10 jun. 2024.

Brasil. **Lei nº 13.146/2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas Brasília DF, 2015.

Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, agosto de 2005.

Costa, Tatiana de Andrade. **A percepção dos psicólogos frente ao atendimento psicológico para surdos**. 2022.

De Abreu, Márcia Cristina Barreto Fernandes. Abordagem socioantropológica da surdez, Língua de Sinais e Educação Bilíngue: uma perspectiva histórica e cultural. **Obutchénie: R. de Didat. e Psic. Pedag.** Uberlândia, MGlv.4ln.3lp.711- 734lset./dez. 2020.

De Aguiar, Leidiane Carvalho; Nunes, Henrique Riedel; Pereira, Benedita Nádia Silva; Freire, Francisca Telma Vasconcelos; Sousa, Francisco Bruno Rocha; Freire, Edileuza Lima. Clínica psicológica e políticas públicas: um olhar voltado para deficientes auditivos. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 7069-7076, 2021.

De Araújo Nascimento, José Alexandre; Seixas, Jannyse Andrade. **Deficiência auditiva e surdez: do abandono à inclusão.** Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 8, n. 24, p. 74-86, 2021.

De Castro, Ane Milena Macêdo; da Silva, Jackeline Sousa; Macedo, Lohanna Chrystina dos Santos Antunes de; Fontana Rosa, Nathalia Silva; Bertussi, Débora Cristina; Moraes dos Santos, Mara Lisiane de; Merhy, Emerson Elias. Barreiras ao acesso a serviços de saúde à pessoa com deficiência no Brasil: uma revisão integrativa. *Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva*, v. 2, p. e11351-e11351, 2021.

De Farias, Alanna Larisse Saraiva; Soares Júnior, Carlos Alberto. Evolução Histórica dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Questões Associadas no Brasil. ID on line. *Revista de psicologia*, v. 14, n. 52, p. 59-76, 2020.

Decarli, Gian Carlo. **História e evolução da internet.** Tendências do marketing digital. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A, p. 152, 2018.

Ferreira Junior, Jesaías Leite; Bezerra, Henrique Jorge Simões; Alves, Edneia de Oliveira. Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da Libras no Brasil: Uma revisão de literatura. **Psicologia Clínica**, v. 33, n. 3, p. 537-556, 2021.

Gomes, Eduardo Andrade; Valadão, Michelle Nave. Tradução e interpretação educacional de Libras-língua portuguesa no ensino superior: desdobramentos de uma atuação. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, p. 601-622, 2020.

Gonzales, Kátia Guerchi; Fonseca da Silva, José Matheus Pinheiro da. Percurso Histórico da Educação de Surdos no Brasil. **Anais do ENAPHEM-Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática**, n. 5, p. 1-6, 2020.

Jorge, Lucas Alexandre; Pizato, Elaine Cristina Gardinal; Rodrigues, Viviane. O atendimento psicoterapêutico de pessoas surdas: desafios e possibilidades da comunicação em libras. **Conhecimento & Diversidade**, v. 14, n. 34, p. 187-203, 2022.

Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Neves, Juliana Torres Porto das. **Psicoterapia Psicanalítica com pacientes surdos: um estudo qualitativo sobre características e adaptações técnicas da prática.** 2018.

Pereira, Vanessa Alves; Araújo, Karoliny Vilela; De Almeida Silva, Jucineide Lima. Psicoterapia Para Pessoas Com Surdez: Um Processo De Inclusão. **Revista Científica Novas Configurações—Diálogos Plurais**, v. 1, n. 3, p. 20-30, 2021.

Rampazzo, Laura. Língua Brasileira de Sinais no ensino profissional e superior: o lugar da Libras no IFSP. **Revista Sinalizar**, v. 7, 2022.

Rodrigues, Sandra Regina. **Corpo deficiente e individuação: um olhar sobre pessoas com deficiência física adquirida a partir da psicoterapia breve de orientação junguiana.** 2009. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo.

Severo, Charlie Trelles; Quadros dos Santos, Bárbara Tietbohl Martins; Severo, Andréa Asti; Pereira, Marilú Mourão; Oliveira, Lucas Mendes de; Monteiro, Gabriela Massaro Carneiro; Bastos, Tamires; Laskoski, Pricilla Braga; Hauck, Simone. Abordagens de Psicoterapia para Pessoas com Deficiência: Revisão da Literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021.

Tavares, Rebecca Istyshi Santos. **Psicologia inclusiva: atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas.** 2020. 22 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), João Pessoa, 2020.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Carta de Apresentação

Trabalho de Conclusão de curso: Atendimento psicoterapêutico para pessoas surdas.

A psicologia estuda o ser humano com foco na sua subjetividade, respeitando sempre suas limitações e se adequando às suas demandas, com objetivo de promover condições necessárias para que as pessoas vivam com dignidade e bem-estar. O presente trabalho visa como objetivo principal investigar se há atendimento de psicoterapia para pessoas surdas no município.

Portanto, venho por meio deste, solicitar de Vossa Senhoria os préstimos de conceder informações sobre sua atuação e formação, aos graduandos do sétimo período do Curso de Psicologia da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF), para serem utilizadas como instrumento de pesquisa para o Projeto de Conclusão de Curso, realizando um questionário para ampliar os estudos com psicólogos atuantes na cidade de Fernandópolis/SP para o seguinte trabalho de graduação: Atendimento psicoterapêutico para pessoas surdas.

Fernandópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

Eduardo Hideto Kawara Filho

Orientador

CRP: 06/122732

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador(a) do RG \_\_\_\_\_, psicólogo portador do CRP \_\_\_\_\_  
residente no endereço \_\_\_\_\_  
entendo os propósitos acadêmicos, os procedimentos metodológicos e os objetivos desta  
pesquisa realizada por Amanda Dutra de Carvalho, Jeane Emanoele Nossa Bocalon,  
Lourrane Batista Rodrigues, Mariana Brunca de Oliveira, alunos(as) do Curso de Psicologia  
da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF) situado à Avenida Teotônio Vilela, s/n  
- Campus Universitário - CEP 15600-000 - Fernandópolis - SP. Orientados pelo professor  
e psicólogo Eduardo Hideto Kawahara Filho. CONCORDO em participar de maneira  
voluntária e AUTORIZO, portanto, o uso dos resultados obtidos nesta entrevista para fins  
de pesquisa. AUTORIZO, também, a divulgação pública dos resultados deste trabalho sem  
a exposição de meus dados pessoais e entendo que os mesmos não serão usados para  
fins lucrativos.

Fernandópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura: Sujeito da Pesquisa

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

Projeto: Atendimento Psicoterapêutico para Pessoas Surdas
Curso: Psicologia (FEF)
Período: 7º
Local: Fernandópolis/SP
Idade do entrevistado:

O objetivo deste questionário é a obtenção de dados para a realização da análise sequencial, utilizando-o como parâmetro. Realizar-se-á com profissionais de psicologia atuantes na cidade de Fernandópolis/SP; objetivando a verificação de possíveis atendimentos para pessoas surdas no lócus, buscando neste, a compreensão da formação do psicólogo clínico respondente, a verificação quantitativa de pessoas surdas em atendimento psicoterápico e a análise do psicólogo clínico às deficiências. Elucidando posteriormente a análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos, convergindo-os posteriormente; contribuindo para a elaboração do projeto inicial.

1. Já atendeu alguma pessoa com deficiência?  
( ) Sim ( ) Não
2. Atualmente, presta atendimento psicoterápico a pessoas com deficiência?  
( ) Sim ( ) Não
3. Você conhece alguma pessoa surda?  
( ) Sim ( ) Não
4. Tem conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras)?  
( ) Sim ( ) Não
5. Já atendeu pessoas surdas?  
( ) Sim ( ) Não
6. Atualmente realiza atendimento psicoterápico a pessoa surda?  
( ) Sim ( ) Não
7. Se sim, quais métodos utiliza para a realização deste atendimento?
8. Se não, como você acredita que este atendimento é realizado?
9. Você conhece algum profissional que realize atendimento psicoterápico para pessoas surdas?
10. Qual a sua opinião sobre o trabalho de um intérprete em uma sessão de psicoterapia?
11. Você acredita que a formação em psicologia oferece as devidas condições para que seja possível o atendimento com pessoas surdas?
12. Sua formação, especificamente, te deu essas devidas condições?
13. Você sente-se apto para a realização deste tipo de atendimento, se não, por quê?
14. Em sua opinião o que deveria ser feito para resolver essa problemática?

## APÊNDICE D – CRONOGRAMA

	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Levantamento bibliográfico	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Introdução		X	X	X					
Determinação dos objetivos		X	X						
Escolha da coleta de dados	X	X	X						
Metodologia			X						
Elaboração do questionário				X					
Elaboração da Carta de Apresentação			X						
Elaboração do Termo de Consentimento				X					
Entrega do projeto do TCC			X	X					
Coleta de dados					X	X			
Resultados						X	X		
Discussão						X	X		
Considerações finais						X	X		
Resumo							X	X	
Referências		X	X	X	X	X	X		
Apresentação do TCC									X

## CAPÍTULO 4

# LENDO PARA A LIBERDADE. A REMIÇÃO PELA LEITURA NO PRESÍDIO ESTADUAL DE CAMAQUÃ-RS

*Data de aceite: 01/08/2024*

### **Luciane Figueiredo Centeno**

Técnica Superior Penitenciária-Psicóloga da Superintendência dos Serviços Penitenciários; Presídio Estadual de Camaquã

### **Lilian Signorini Lafuente**

Policial Penal da Superintendência dos Serviços Penitenciários; Presídio Regional de Pelotas

### **Cleusa Maria de Farias Rodrigues**

Professora Núcleo Estadual de Educação para Jovens e Adultos-População Privada de Liberdade; Presídio Estadual de Camaquã

### **Suzana Miranda de Alencastro**

Professora Núcleo Estadual de Educação para Jovens e Adultos-População Privada de Liberdade; Presídio Estadual de Camaquã

### **Hingrid da Silva Peres**

Técnica Superior Penitenciária-Assistente Social da Superintendência dos Serviços Penitenciários; Presídio Estadual de Camaquã

### **Magnalda da Silva Maia**

Agente Penitenciária Administrativa da Superintendência dos Serviços Penitenciários; Presídio Estadual de Camaquã

### **Kenian Idamires Dietrich Trindade**

Agente Penitenciária Administrativa da Superintendência dos Serviços Penitenciários; Presídio Estadual de Camaquã

**RESUMO:** A remição de pena, por trabalho, estudo e, leitura, conforme Recomendação número 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça e prevista na Lei n. 7.210/84 de Execução Penal, está relacionada ao direito assegurado na Constituição Federal de individualização da pena. Ampliadas pela Lei 12.433, de 2011, e passou a permitir que, além do trabalho, o estudo contribua para a diminuição da pena. A ressocialização do preso é uma preocupação constante, e iniciativas voltadas à redução da reincidência criminal são pensadas, tendo a Portaria 01/2018 da Vara de Execuções Criminais-Regional de Pelotas, de 09/8/2018 do Juiz de Direito Marcelo Maliza Cabral, instituído a possibilidade de Remição pela Leitura. Pioneiros na região, com a portaria interna 001/2018, o Presídio Estadual de Camaquã, institui a comissão de criação, análise e comprovação da remição pela leitura, a partir do projeto Carrinho da Leitura, que desde o ano de 2017 está em andamento, incentivando a implementação da remição

pela leitura, sem censura de estilo, adequação idade/escolaridade nas obras ofertadas, visto que uma pessoa privada de liberdade não desfruta de local e horário adequado para a realização da leitura. Pensando em ressignificar o tempo livre em privação de liberdade, promover a responsabilidade de conservação e devolução nos períodos acordados o livro, fomentar a perspectiva de um futuro melhor extramuros, contribuir para modificar os hábitos danosos e as formas de aprendizagem no presídio, dando ênfase ao desenvolvimento de competências e habilidades mais saudáveis. A prática se dá a partir da colaboração de todos os servidores, professores, comunidade camaquense e cidades dos arredores para doação das obras. Atualmente seguindo a ordem de Serviço nº 01/2021 do Departamento de Tratamento Penal, que regulamenta o direito à remição de pena das pessoas privadas de liberdade por meio de práticas sociais educativas. Tendo os apenados de 22 à 30 dias para ler a obra, e, após isso, elaborar um resumo crítico, em oficina, na sala de aula, o qual é avaliado pela comissão. Se validado, recebe o benefício da diminuição de 4 dias de pena por obra/mês, o limite é de doze obras por ano, ou seja, no máximo, 48 dias de remição a cada ano. Os livros disponíveis são devidamente registrados em livro tomo, assim como todos os que vem integrar o acervo. A retirada de livros é feita na sala de aula da galeria A ou é passado nas duas galerias (A e B), uma vez por semana o “carrinho da Leitura”. Sendo aprovado o resumo crítico, é feito o atestado de efetivo estudo e após é encaminhado para o Sistema Eletrônico de Execução Unificado para ser deferido pelo Juiz a Remição. Até o mês de 09/2023 foram atendidos 80 apenados, 05 deles estão desde o início lendo assiduamente, lendo para a remição 12 livros por ano. Pode-se afirmar que a remição pela leitura é uma ferramenta relevante para ressocialização, e apontamos a integração de todos os setores, onde também pode-se apontar que a partir deste projeto, vários apenados tiveram acesso a outros serviços, tais como: Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, Exame Nacional do Ensino Médio, além de estabelecer um diálogo mais próximo com professores, servidores penitenciários e judiciário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Integração, Prisões, Remição pela Leitura, Ressocialização.

## INTRODUÇÃO

A remição de pena, por trabalho, estudo e leitura, conforme Recomendação n.44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é prevista na Lei n.7.210/84 de Execução Penal (LEP), está relacionada ao direito assegurado na Constituição Federal de individualização da pena. Ampliadas pela Lei n.12.433, de 2011, que passou a permitir que, além do trabalho, o estudo contribua para a diminuição da pena. A ressocialização do preso é uma preocupação constante, e iniciativas voltadas à redução da reincidência criminal são pensadas, tendo a Portaria nº01/2018 da VEC-Regional de Pelotas-RS, de 09/8/2018 do Juiz de Direito Marcelo Malizia Cabral, instituído a possibilidade de Remição pela Leitura. Pioneiro na região, com a Portaria Interna nº001/2018, o Presídio Estadual de Camaquã, possui a Comissão de Criação, Análise e Comprovação da Remição da Leitura. Precedendo o Projeto da RL, o Projeto Carrinho da Leitura, que desde o ano de 2017 está em andamento, incentiva a implementação da RL, sem censura de estilo, adequação idade/escolaridade nas obras ofertadas, visto que uma pessoa privada de liberdade não desfruta de local e lugar adequado para a realização da leitura.

## MÉTODO

Contando com a colaboração de todos os servidores da casa, professoras, comunidade camaquense e cidades dos arredores para doação das obras. Atualmente seguindo a Ordem de Serviço nº 01/2021 /DTP, que regulamenta o direito à remição de pena das pessoas privadas de liberdade por meio de práticas sociais educativas, a direção do PECam na Portaria Interna 002 /2022, indica os nomes, para constituírem a comissão de validação das obras literárias, sendo composta por: TSPs, APAs, AP e as professoras da casa prisional. Tendo os apenados 30 dias para ler a obra, e, após isso, elaborar um resumo crítico, em oficina na sala de aula. O resumo é avaliado pela comissão e o apenado recebe o benefício da diminuição de 4 dias de pena por obra, o limite é de doze obras por ano, ou seja, no máximo, 48 dias de remição a cada ano. Os livros disponíveis são devidamente registrados em livro tombo, assim como todos os que vêm integrar o acervo. A retirada de livros é feita na sala de aula da galeria A ou, uma vez por semana é passado, nas duas galerias (A e B), o “carrinho da Leitura”. Sendo aprovado o resumo crítico é feito o AEE (Atestado de Efetivo Estudo) e após é encaminhado para o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU ) para ser deferida, pelo Juiz, a Remição.

## OBJETIVO

Pensando em ressignificar o tempo livre em privação de liberdade, promover a responsabilidade de conservação e devolução do livro nos períodos acordados, fomentar a perspectiva de um futuro melhor extramuros, contribuir para modificar os hábitos danosos e as formas de aprendizagem no presídio, dando ênfase ao desenvolvimento de competências e habilidades mais saudáveis.

## RESULTADOS

Até o mês de 09/2023 foram atendidos 100 apenados, 05 deles estão desde o início lendo assiduamente, 12 livros por ano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que a RL é uma Ferramenta relevante para ressocialização, e apontamos a integração de todos os setores, onde também pode-se apontar que pela Remição pela Leitura, vários apenados tiveram acesso a outros serviços, tais como: ENCCEJA-PPL, ENEM-PPL, Professora, Servidores Penitenciários, Defensoria.

# PROMOVENDO CUIDADO E DESMORONANDO ESTIGMAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE UM SERVIÇO DE PSIQUIATRIA EM UM HOSPITAL GERAL NO INTERIOR DO CEARÁ

*Data de aceite: 01/08/2024*

**Aline Franco da Silva**

Hospital Regional Vale do Jaguaribe/CE

## INTRODUÇÃO

Na conjuntura atual a saúde mental vem passando por diversas transformações, objetivando superar o modelo manicomial. Em linhas históricas, o período que vai da antiguidade clássica, até a era cristã a loucura era vista sob algumas óticas: o de Homero com um enfoque mitológico-religioso; o de Eurípedes com a concepção passional ou psicológica, e o de Hipócrates e Galeno com as disfunções somáticas (RAMMINGER, 2002). Na idade média a loucura era tida como possessão diabólica feita por iniciativa própria ou a pedido de alguma bruxa.

Foucault (1972), na sua obra *A história da loucura*, explica que a estigmatização do sujeito adoecido psicologicamente prevaleceu ao longo dos tempos e levou a uma exclusão social destes, fazendo viverem à margem da sociedade dita normal.

Szazz (1978) aponta que o processo de exclusão foi alcançado pela hospitalização em asilos, pelo surgimento da psiquiatria e dos psiquiatras, os quais passaram a ser os tutores dos considerados insanos e incapazes de convívio social.

Ademais, a reestruturação das diretrizes da Política de Saúde Mental brasileira foi resultado de um intenso movimento técnico, social e político conhecido como Reforma Psiquiátrica. Baseou-se nas propostas provenientes do movimento da Luta Antimanicomial e teve impulso com o Projeto de Lei nº 3.657, apresentado pelo deputado Paulo Delgado em 1989, que objetivava a extinção progressiva dos manicômios e a substituição por outros recursos assistenciais (BORGES; BAPTISTA, 2008; BRASIL, 2005).

A Lei 10.216 de 06 de abril de 2001, expressa o redirecionamento do modelo assistencial em saúde mental e dispõe sobre a proteção e os direitos dos usuários com transtorno mental. A lei institui que a atenção em saúde mental deve ser

realizada prioritariamente em serviços abertos e comunitários, inseridos no território do paciente, facilitando o acesso. Diante disso, a lógica hospitalocêntrica começa a ser modificada e o cuidado integral passa a ser discutido como algo primordial.

A partir desta lei, que a temática do internamento hospitalar destinado ao paciente com transtorno mental vem sendo redefinida. O artigo 4º menciona que: “a internação, em qualquer uma de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes” (Brasil, 2001). O inciso 2º traz que “O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros” (Brasil, 2001).

A organização atual da assistência na área da saúde mental no Brasil, em decorrência da reforma psiquiátrica, é composta de uma rede de serviços denominada Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), composta por Unidades Básicas de Saúde, Centros de Convivência e Equipes de Atenção Básica para Populações Específicas.

Compõe ainda essa rede, os CAPS, Atenção de Urgência e Emergência, Serviços Residenciais Terapêuticos e Atenção Hospitalar, sendo este último o cenário do nosso trabalho.

## **OBJETIVOS**

Busca-se compartilhar a experiência vivenciada durante o processo de implantação de um serviço de psiquiatria em um hospital geral do interior do Ceará.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um relato de experiência vivenciado por uma psicóloga hospitalar e pautado na implantação de um serviço de psiquiatria em um hospital geral público no município de Limoeiro do Norte-CE, no período compreendido entre Setembro/2022 à Abril/2023. Os dados foram coletados mediante observação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Antes do início do funcionamento do serviço, realizou-se uma série de modificações na estrutura das enfermarias, de modo a prevenir futuras tentativas de suicídio que pudessem vir a acontecer. Realizou-se ainda algumas reuniões online com a equipe do Hospital Geral Dr. Estevam Ponte de Sobral-ce, que atendem o público em questão. Na ocasião, os profissionais da referida instituição expuseram sobre a rotina de trabalho e puderam sanar dúvidas sobre o assunto.

No setor da psiquiatria conta-se com 08 leitos, sendo 04 femininos e 04 masculinos, podendo transformar-se em enfermaria mistas a depender da necessidade. Inicialmente

também pensou-se na elaboração de um perfil de pacientes para serem aceitos na regulação, diante da necessidade de aperfeiçoamento da equipe para atuação junto deste público.

O principal objetivo da internação é a estabilização do transtorno psiquiátrico de base, sendo assim, a hospitalização é de caráter breve, para que em seguida o paciente possa ser redirecionado ao cuidado continuado na rede de atenção psicossocial em seu município de origem.

Pontua-se a necessidade de os pacientes candidatos à internação na unidade serem eleitos via regulação de leitos e que o médico regulador avalie a relevância do quadro. Uma vez que o hospital em questão não disponibiliza de uma unidade de urgência, pacientes com alteração de comportamento como heteroagressividade deverão ser estabilizados do quadro antes de dar entrada na unidade.

São exemplos de demandas para hospitalização: transtornos depressivos graves com ou sem ideação suicida; Transtorno afetivo bipolar em fase de mania; Transtorno afetivo bipolar em fase de depressão; Ideação suicida ativa com planejamento; Esquizofrenia com falha na adesão e piora do quadro psicótico; Transtornos psicóticos graves que colocam a sua vida em risco ou de terceiros; Primeiro surto psicótico; Abstinência a substâncias psicoativas com ou sem tratamento prévio; Quadros demenciais com alteração de comportamento; Déficit intelectual com exacerbação de quadros psiquiátricos; Transtornos da impulsividade graves; Transtornos alimentares graves com ou sem complicações clínicas; Outras condições psiquiátricas que após a avaliação do psiquiatra regulador de plantão possa julgar necessário.

A equipe multiprofissional é composta por: 05 psiquiatras plantonistas, 01 psicóloga diarista, 01 enfermeiro diarista especialista em saúde mental, 03 técnicos de enfermagem plantonistas e 01 assistente social plantonista, podendo também contar com o apoio quando necessário de 01 fonoaudióloga plantonista, 01 farmacêutico diarista, 01 fisioterapeuta plantonista e 01 nutricionista diarista.

Pensando em estratégias para alinhar as condutas, compartilhar o plano terapêutico e otimizar o cuidado integral, foi proposta as discussões de caso, que acontecem duas vezes na semana (segundas e quartas). Na ocasião, participam a equipe multiprofissional, onde cada um possui a oportunidade de contribuir com sua visão dentro do seu núcleo profissional.

Buscando também reduzir a ociosidade, as emoções desconfortáveis advindas da hospitalização, compartilhar experiências e proporcionar momentos de socialização e lazer, programou-se algumas atividades lúdicas e interativas para serem disponibilizadas aos pacientes, sendo estas: jogos lúdicos, musicoterapia, arteterapia, rodas de conversa, grupo psicoterapêutico facilitado pela psicóloga, filmes e demais atividades que os profissionais julgarem necessários e cabíveis durante a hospitalização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, infere-se a necessidade e importância do referido serviço como uma expressão da luta antimanicomial, no qual o sujeito adoecido psicologicamente é visto em sua totalidade, como um ser biopsicossocial. Faz-se necessário o fortalecimento da rede de atenção psicossocial e maiores investimentos em saúde mental, a fim de dispor de espaços seguros e estruturados para atender o público em questão com qualidade.

Por fim, é fundamental fomentar ações de integração entre os serviços, bem como a qualificação e formação dos profissionais a fim de que os fluxos estabelecidos possam operar na construção de linhas de cuidado efetivamente resolutivas e emancipatórias.

# CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ, COM PRIVADOS DE LIBERDADE. PROMOVENDO A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA

*Data de aceite: 01/08/2024*

### **Luciane Figueiredo Centeno**

Técnica Superior Penitenciária-Psicóloga da Superintendência dos Serviços Penitenciários; Presídio Estadual de Camaquã

**RESUMO:** Entendendo que a cultura de paz colabora para construir relações mais saudáveis e uma justiça que efetivamente restaure, a construção de grupos de círculos de construção de paz, mostraram-se um promissor caminho para uma convivência mais harmoniosa intramuros e posteriormente extramuros promovendo a comunicação não violenta. Garantindo um espaço de reflexão, conscientização, num conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, visando à conscientização/reflexão dos fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência. A Política Pública Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário está delineada na Resolução CNJ n. 225/2016 e tem por objetivo a consolidação da identidade e da qualidade da Justiça Restaurativa definidas na normativa, a fim de que não seja desvirtuada ou banalizada.

Um círculo de construção de paz é baseado em etapas que se constituem através de perguntas norteadoras, oportunizando a fala e escuta qualificada a todos os participantes para que contem suas verdades e histórias de forma respeitosa. A oportunidade de contar e ouvir histórias, faz refletir sobre nós mesmos, nosso modo de agir e pensar. Quando ouvimos histórias nos conectamos emocionalmente com o outro. Círculo é conduzido por um facilitador, que tem como responsabilidade ajudar os participantes a criar um espaço seguro para a conversa, monitorar a qualidade do espaço do coletivo e estimular as reflexões do grupo através de perguntas ou pausas. O objetivo dos Círculos de Construção de Paz é construir relacionamentos de troca de aceitação, entendimento e/ou resolução de conflitos. A população carcerária do Presídio Estadual de Camaquã em junho de 2023, com capacidade de engenharia para 180, superlotação de 388, todos homens entre 18 e 60 anos, das mais variadas classes sociais. Para implantar o grupo, a Técnica Superior Penitenciária-Psicóloga fez cursos para ser facilitadora. Pensou em começar pelos alunos da sala de aula da turma descentralizada de educação para jovens e adultos, sensibilizada a

professora, de pronto aceitou. Dentro dos critérios das aulas e do andamento logístico/segurança definidos pela professora e casa prisional, em 2022 deu-se início aos grupos. Em reflexo da pandemia que o mundo atravessava, a desesperança, falta de autocuidado, descrença e desvalorização do futuro, era uma constante, motivando a pensar em ações preventivas. Todos os alunos aceitaram e posteriormente, com o incentivo desses, outros, aderiram. Pensado semanalmente, por procedimentos da casa prisional, algumas semanas não houveram, mas no mínimo uma vez ao mês ocorreram. Em 2022 foram realizados 8 e em 2023 12, totalizando 20 círculos, com no mínimo 25 participantes. Após a realização de cada encontro, o participante avalia sua participação, sempre positiva, respostas de esperança, tranquilidade e serenidade. Com observação, planejamento, roteiro e relatório dos círculos, neste caso os não conflitivos. As mensagens são analisadas com vistas ao significado do que é dito, sabendo que tal significado é construído a partir de relações de sentido entre o significante (as palavras) e o mundo do indivíduo (suas percepções). Esta reação positiva ao círculo se repetiu em todos os grupos, o que demonstra que os encontros têm proporcionado a esses indivíduos um reconhecimento de si no outro e um contato com sua humanidade. A escuta qualificada com interação humanizada, cidadã e solidária vivenciada contribuiu para a construção de um espaço reflexivo, de acolhimento, sigiloso e sem julgamento para uma Cultura de Paz. Esta foi uma ferramenta valiosa para a atuação prática da facilitadora no presídio Estadual de Camaquã, bem como poderá ser utilizada por outros profissionais que promovem o cuidado no Sistema Prisional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Círculos de Construção de Paz, Prisões, Ressocialização.

## INTRODUÇÃO

Entendendo que cultura de paz colabora para construir relações mais saudáveis e uma justiça que efetivamente restaure, a construção de grupos de círculos de construção de paz, mostra-se um promissor caminho para uma convivência mais harmoniosa intramuros e posteriormente extramuros promovendo a comunicação não violenta. Garantindo um espaço de reflexão, conscientização, num conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, visando à conscientização/reflexão dos fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência. A população carcerária do Presídio Estadual de Camaquã em junho de 2023, com capacidade de engenharia para 180, superlotação de 388, todos homens entre 18 e 60 anos, das mais variadas classes sociais.

## MÉTODO

Para implantar o grupo, a Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga fez cursos para ser facilitadora de Círculos de Construção de Paz. Pensou em começar pelos alunos da sala de aula da turma descentralizada de educação para jovens e adultos, sensibilizada a professora, de pronto aceitou. Dentro dos critérios das aulas e do andamento logístico/segurança definidos pela professora e casa prisional, em 2022 deu-se início aos grupos.

Em reflexo da pandemia que o mundo atravessava, a desesperança, falta de autocuidado, descrença e desvalorização do futuro, era uma constante, motivando a pensar em ações preventivas. Todas os alunos aceitaram e posteriormente, com o incentivo desses, outros, aderiram. Pensado semanalmente, por procedimentos da casa prisional, algumas semanas não aconteceram, mas no mínimo uma vez ao mês ocorreram.

## **OBJETIVO**

O objetivo dos Círculos de Construção de Paz é construir relacionamentos de troca, de aceitação, entendimento e/ou resolução de conflitos.

## **RESULTADOS**

Esta reação positiva ao círculo se repetiu em todos os grupos, o que demonstra que os encontros têm proporcionado a esses indivíduos um reconhecimento de si no outro e um contato com sua humanidade. A escuta qualificada com interação humanizada, cidadã e solidária vivenciada contribuiu para a construção de um espaço reflexivo, de acolhimento, sigiloso e sem julgamento para uma Cultura de Paz. Esta foi uma ferramenta valiosa para a atuação prática da facilitadora no presídio Estadual de Camaquã, bem como poderá ser utilizada por outros profissionais que promovem o cuidado no Sistema Prisional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em 2022 foram realizados 8 e em 2023 12, totalizando 20 círculos, com no mínimo 25 participantes. Após a realização de cada encontro, o participante avalia sua participação, sempre positiva, respostas de esperança, tranquilidade e serenidade. Com observação, planejamento, roteiro e relatório dos círculos, neste caso os não conflituos. As mensagens são analisadas com vistas ao significado do que é dito, sabendo que tal significado é construído a partir de relações de sentido entre o significante (as palavras) e o mundo do indivíduo (suas percepções).

**EZEQUIEL MARTINS FERREIRA:** É doutor em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás (2023), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2015), Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (2012), História e narrativas Audiovisuais pela Universidade Federal de Goiás (2016), Arteterapia, Psicanálise pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Alto Paranaíba (2020). Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2011), e graduação em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Goiás (2019). Atua como psicólogo e psicanalista. Pesquisa nas áreas de psicanálise e teatro e nas interfaces fronteiriças entre essas áreas. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: inconsciente, arte, teatro, arteterapia, sexualidade e LGBTQIAP+.

**A**

Adolescência 30, 31, 33, 34, 39, 40  
Amazônia brasileira 30, 33  
Ambiente escolar 30, 32, 33, 35, 36, 37, 38

**B**

Brasil 1, 4, 6, 7, 8, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 39, 44, 45, 49, 55, 56, 64, 65

**C**

Círculos de Construção de Paz 68, 69, 70

**D**

Direitos 9, 43, 46, 47, 49, 56, 64

**F**

Feminicídio 1, 4, 5, 6, 17, 20, 21, 22, 25, 26

**I**

Inclusão 43, 44, 45, 46, 47, 52, 54, 55, 56  
Integração 44, 48, 49, 50, 62, 63, 67

**M**

Mulheres negras 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29

**N**

Narcisismo 1, 4, 6, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 25, 27, 28, 29

**P**

Pessoas surdas 43, 45, 46, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 59  
Prevenção do suicídio 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 40  
Prisões 62, 69  
Psicanálise 1, 12, 14, 17, 49, 71  
Psicoterapia 43, 45, 46, 49, 51, 55, 56, 57, 59

**R**

Remição pela leitura 61, 62, 63  
Ressocialização 61, 62, 63, 69

**S**

Saúde 4, 17, 25, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 51, 53, 55, 56, 64, 65, 66, 67

Subjetividade 20, 26, 43, 44, 45, 49, 53, 57

# PSICOLOGIA E BEM-ESTAR: caminhos para a saúde mental

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# PSICOLOGIA E BEM-ESTAR:

caminhos para a saúde mental

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)